



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

O MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE - RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 04.380.507/0001-79, torna público, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, através do site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 16.951/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**INFORMAÇÕES GERAIS DO PROCESSO**

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

**AQUISIÇÃO DE TRATORES AGRÍCOLAS**, DESTINADOS À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA MALHA VIÁRIA RURAL, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA.

**VALOR ESTIMADO:**

**R\$ 433.600,00** (quatrocentos e trinta e três mil e seiscentos reais).

**CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 978747/2025 - TRANSFEREGOV.BR Nº 047528/2025**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO / PORTAL DE LICITAÇÕES:**

<https://www.licitanet.com.br/>

| MODALIDADE DE LICITAÇÃO   | INSTRUMENTO CONTRATUAL   |                                   |
|---|--|-----------------------------------|
| <b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>  | <b>TERMO DE CONTRATO / NOTA DE EMPENHO</b>                                       |                                   |
| CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP  | AMPLA PARTICIPAÇÃO   | PRAZO DE ENTREGA                  |
| <b>NÃO</b>  | <b>SIM</b>   | <b>20 DIAS</b>                    |
| CRITÉRIO DE JULGAMENTO  | MODO DE DISPUTA  | BENEFÍCIO LOCAL/REGIONAL          |
| <b>Menor Preço por Item</b>   | <b>Aberto</b>  | <b>SIM</b>                        |
| PORTAL DA TRANSPARÊNCIA   | E-MAIL   | TELEFONE                          |
| <a href="https://ouopretodooeste.ro.gov.br/">https://ouopretodooeste.ro.gov.br/</a> | <a href="mailto:dcl@ouopretodooeste.ro.gov.br">dcl@ouopretodooeste.ro.gov.br</a> | <b>69 99388-8742 (apenas msg)</b> |
| <b>DATA DE ABERTURA DA SESSÃO</b>   |  | <b>29/06/2026</b>                 |
| <b>HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA (BRASÍLIA-DF)</b>                          |  | <b>09 H</b>                       |

Compõe este Edital os seguintes Anexos:

|                  |  |
|------------------|--|
| <b>ANEXO I</b>   | <a href="#">Termo de Referência</a>  |
| <b>ANEXO II</b>  | <a href="#">Declarações (Modelo Unificado).</a>                                |
| <b>ANEXO III</b> | <a href="#">Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital</a> |
| <b>ANEXO IV</b>  | <a href="#">Minuta de Contrato</a>   |

**1. DO OBJETO E CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE LICITAÇÕES**

**1.1.** O Termo de Referência (Anexo I) constitui parte integrante e indissociável deste Edital, prevalecendo suas especificações técnicas, critérios de aceitação, quantitativos e demais condições em caso de divergência





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

interpretativa, observado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

**1.2.** A descrição completa do objeto, incluindo especificações técnicas, quantitativos, critérios de aceitação, metodologia de execução e demais condições da contratação, encontra-se detalhada no Termo de Referência (Anexo I), o qual integra este Edital para todos os fins.

**1.3.** A licitação será dividida em lotes e/ou itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes e/ou itens forem de seu interesse.

**1.4.** As pesquisas de preços e estimativas de valor foram realizadas nos autos do processo administrativo, com base em critérios técnicos e fontes idôneas, sendo validadas pela Administração para fins de definição do valor estimado da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**1.5.** O edital se encontra a disposição no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), no Portal da Transparência do Município ([ouropretodoeste.ro.gov.br](http://ouropretodoeste.ro.gov.br)) e no **Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP**. A sessão pública será realizada através do site **[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)** sendo considerado para todos os efeitos o **horário de Brasília – DF**. Somente poderá participar da licitação o particular que apresentar proposta através do site indicado no Edital.

**1.6.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

**1.7.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

**1.8.** O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão oferecidos e conforme regras comerciais da plataforma.

**1.9.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, até o encerramento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

**1.10.** O horário de encerramento da sessão eletrônica ficará a critério do Pregoeiro, de acordo com as necessidades surgidas no andamento da sessão.

**1.11.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão eletrônica na data acima designada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sítio Eletrônico ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), por meio de Certificado Digital.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder,



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Para os itens cujo valor seja de até **R\$ 80.000,00**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

**2.5.1.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

**2.5.2.** A obtenção dos benefícios aplicáveis às Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, previstos nos Arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06, **está condicionada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP.**

**2.5.2.1.** Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação dos limites previstos

**2.5.3.** Caso o licitante não esteja enquadrado como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, perderá os benefícios obtidos e poderá sofrer as sanções previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente.

**2.5.4.** Conforme Art. 18-E § 3º da Lei Complementar nº 123/06, Microempreendedor Individual - MEI é uma modalidade de Microempresa – ME.

**2.6.** [Haverá prioridade de contratação para as ME, EPP e/ou MEI, localizadas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou nos municípios localizados no âmbito regional \(GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, JARU, JI-PARANÁ, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, PRESIDENTE MÉDICI, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ E VALE DO PARAÍSO\), até o limite de 10% \(dez por cento\) acima do melhor preço válido](#), nos termos dos § 3º do art. 48 da lei complementar 147/2014, combinado com o disposto no **Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025**, e nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, afim de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

**2.6.1.** Conforme Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025: [“Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.”](#)

**2.6.2.** Nas licitações por **Sistema de Registro de Preço** ou por entregas parceladas, **a prioridade de aquisição será dos produtos das cotas reservadas**, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente

**2.7. Não poderão disputar esta licitação:**

**2.7.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.7.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

**2.7.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.7.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.7.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.7.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.7.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.7.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.7.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, considerando que o objeto da contratação consiste na **aquisição de equipamentos** amplamente disponíveis no mercado, não apresentando complexidade técnica, operacional ou vulto que justifique a formação de consórcio, sendo plenamente possível sua execução por empresas de forma individual, sem prejuízo à competitividade do certame.

**2.7.9.1.** A vedação fundamenta-se na desnecessidade de conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras, bem como na ampla competitividade do setor, de modo que a participação individual das empresas é suficiente para assegurar a adequada execução do objeto, sem prejuízo à competitividade do certame.

**2.7.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

**2.7.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.](#)

**2.8.** O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.11.** O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

**2.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

**2.13.** A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** Apenas nos casos em que a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**3.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.4.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.4.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.4.3.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.4.4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.6.1.** Nos lotes e/ou itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote e/ou item;

**3.6.2.** Nos lotes e/ou itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.11.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.11.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.12.1.** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.12.2.** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.14.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

4.1.1. Lance: O lance deverá ser ofertado em estrita conformidade com o critério de julgamento definido neste edital:

**I – Valor unitário**, quando a adjudicação se der por item;

**II – Valor global**, quando a adjudicação se der por lote ou pelo total do objeto.

**4.1.2. Marca/Fabricante do produto ofertado**, quando aplicável, vedada a indicação de mais de uma marca para o mesmo item, salvo quando expressamente permitido no Termo de Referência;

**4.1.3. Descrição detalhada dos itens ofertados**, contendo todas as características necessárias à identificação do produto, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência;

**4.1.4.** Descrição detalhada dos itens ofertados, ficando expressamente vedado a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item, exceto se assim determinar o edital;

**4.1.5.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro.

**4.5.** Caso o regime tributário da empresa implique o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, o licitante deverá considerar, na formação de sua proposta, a carga tributária efetiva incidente sobre a contratação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a adequada composição do preço ofertado.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7.** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**4.8.** A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os bens conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas, garantindo a qualidade dos produtos e promovendo, quando requerido, sua substituição, nos termos do edital e seus anexos.

**4.9.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.10.** Os licitantes deverão observar, na formulação de suas propostas, os valores estimados da contratação constantes do processo administrativo, bem como os parâmetros de mercado aplicáveis ao objeto, sob pena de desclassificação das propostas manifestamente inexequíveis ou com sobrepreço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço resultante da aplicação do desconto ofertado deverá ser compatível com os valores de mercado e com o orçamento estimado da contratação.**

**4.11.** O descumprimento das disposições deste edital e da legislação aplicável sujeitará o licitante às sanções





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

**5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.2.1.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

**5.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.6.** O lance deverá ser ofertado em estrita conformidade com o critério de julgamento definido neste edital, observando-se:

**I – Valor unitário, quando a adjudicação se der por item;**

**II – Valor global, quando a adjudicação se der por lote ou pelo total do objeto.**

**Parágrafo único:** *O descumprimento da forma de apresentação do lance poderá ensejar a desclassificação da proposta, quando comprometer o julgamento objetivo ou inviabilizar a correta comparação entre as propostas.*

**5.7.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.8.** O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será informado no TR – Termo de Referência (Anexo I).

**5.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, sendo o modo de disputa “aberto”.

**5.12.** Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.12.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.12.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.12.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.12.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.13.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14.1.** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. **Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido ou não se manifestar, o pregoeiro poderá solicitar ajuste ao licitante, no CHAT DE MENSAGENS para atualização do referido lance ou realizar a readequação dos valores arredondando-o PARA MENOS automaticamente no sistema, caso a licitante permaneça inerte.** A intervenção ocorre exclusivamente após o encerramento da fase de lances, no momento da aceitação e julgamento da proposta, não interferindo na dinâmica da disputa competitiva.

**5.14.2.** O ajuste limita-se à adequação das casas decimais para fins de compatibilização com as regras de registro do sistema eletrônico e execução orçamentária, tratando-se de vício sanável que não altera a substância ou a exequibilidade da proposta.

**5.14.3.** O arredondamento é realizado exclusivamente para menos, o que preserva o interesse público na obtenção da proposta mais vantajosa e não acarreta majoração do valor ofertado, respeitando a imutabilidade da proposta em desfavor da Administração, sendo o ato consignado pelo sistema na ata da sessão.

**5.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.16.** No caso de desconexão com o (a) pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

**5.19.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.19.2.** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.19.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.19.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.20.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, observada a seguinte ordem:

**5.20.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.20.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, com base em registros cadastrais disponíveis;

**5.20.3.** Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

**5.20.4.** Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**5.20.5.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado em que se localiza o Município licitante;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação ambiental, nos termos da Lei nº 12.187/2009;

**5.20.6.** Persistindo o empate após a aplicação dos critérios acima, será realizado sorteio, de forma automática, pela plataforma eletrônica.

**5.21.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do valor estimado da contratação, o (a) pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.21.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.





**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

- 5.21.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.21.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
- 5.21.4.** O (a) pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.21.5.** É facultado ao (a) pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.22.** Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**6. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
- 6.2.** A consulta aos cadastros quanto aos eventuais impedimentos será verificada perante o **SICAF**, mantido pelo Executivo Federal. Caso esteja indisponível, poderão ser consultados outros sistemas cadastrais pertinentes, como **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP)**, além de outros que estejam à disposição para consulta;
- 6.2.1.** Poderá haver a substituição das consultas citadas no item 6.2, pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 6.3.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 6.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado da contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.
- 6.6.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.6.1.** Contiver vícios insanáveis;
- 6.6.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50%**





**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

(cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.7.1.** A adoção de parâmetro objetivo para identificação de indícios de inexequibilidade das propostas, especialmente o referencial de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do orçamento estimado da contratação, fundamenta-se na necessidade de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, sem comprometer a viabilidade da execução contratual.

**6.7.2.** Tal parâmetro encontra respaldo em boas práticas administrativas e em regulamentos amplamente utilizados na Administração Pública, notadamente a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, que estabelece o referido percentual como indicativo de potencial inexequibilidade, não como critério absoluto de desclassificação.

**6.7.3.** A utilização desse referencial visa conferir maior objetividade e segurança jurídica à atuação do agente de contratação, permitindo a identificação preliminar de propostas potencialmente incompatíveis com os custos de mercado, com o orçamento estimado e com as condições normais de execução do objeto.

**6.7.4.** Ressalta-se que o critério adotado não implica presunção absoluta de inexequibilidade, constituindo apenas um indicativo para a realização de análise mais aprofundada, mediante diligência, em observância ao disposto no art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**6.7.5.** Nesse sentido, será assegurado ao licitante o direito de demonstrar a viabilidade de sua proposta, por meio da comprovação de que os custos envolvidos são compatíveis com os valores ofertados e de que existem condições econômicas específicas que justifiquem o preço apresentado, tais como ganhos de escala, condições comerciais diferenciadas, estratégias de mercado ou outros fatores legítimos.

**6.7.6.** A adoção desse parâmetro também se justifica como medida de mitigação de riscos contratuais, especialmente aqueles relacionados à inexecução, à baixa qualidade do objeto fornecido, à necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro indevido ou à rescisão contratual, situações que comprometem a eficiência administrativa e o interesse público.

**6.7.7.** Assim, o critério de 50% do valor estimado da contratação é adotado como ferramenta auxiliar de análise, compatível com o ordenamento jurídico vigente e com as boas práticas de governança nas contratações públicas, assegurando equilíbrio entre competitividade e exequibilidade.

**6.7.8.** Caso aplicável ao objeto da contratação, e quando houver decomposição de custos pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar poderá ser convocado a apresentar planilha de custos compatível com sua proposta final.

**6.7.9.** Quando aplicável à natureza do serviço contratado, o licitante poderá ser instado a demonstrar parâmetros de produtividade adotados, exclusivamente quando tais informações forem relevantes para a verificação da exequibilidade da proposta.

**6.7.10.** Nos casos em que o objeto envolver prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, quando aplicável, deverão ser observadas as exigências específicas relacionadas à alocação de pessoal e composição de custos.

**6.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. (O critério definido no art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração, nos termos do art. 59, § 2º, da referida lei, dar à Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. **Acórdão 465/2024 – Plenário**).





**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

**6.9.** Erros no preenchimento da proposta de preços ou planilha (quando for exigida) não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta de preços poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**6.9.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7. DA FASE DE HABILITAÇÃO - DOCUMENTOS**

**7.1. Disposições gerais**

**7.1.1.** A habilitação é a fase da licitação destinada à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica do licitante para executar o objeto da contratação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

**7.1.2.** As exigências de habilitação foram definidas de forma proporcional, objetiva e estritamente necessária, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao objeto, vedada a imposição de requisitos que restrinjam indevidamente a participação de potenciais fornecedores.

**7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**7.2.1.** Para fins de habilitação jurídica, será exigida a apresentação de documentação compatível com a natureza jurídica do licitante, conforme o caso:

- a) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada em sítio eletrônico oficial;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;
- d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência ou sucursal;
- e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório da indicação de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde se encontra sediada a matriz;
- g) Sociedade cooperativa, quando admitida:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que os aprovou, devidamente registrados, além do comprovante de registro exigido pela legislação específica.
- h) Documento pessoal do Proprietário, Sócio Administrador ou Procurador da Empresa** (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

**7.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**7.3.1.** Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

- a) COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ**, com indicação de atividade econômica compatível com o objeto da licitação;
- b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA FEDERAL**, abrangendo tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- c) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA ESTADUAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA MUNICIPAL**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- e) CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- f) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, admitida certidão positiva com efeitos de negativa.

**7.3.2.** Caso o licitante seja legalmente isento de determinado tributo relacionado ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição por meio de declaração emitida pela Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da lei.

**7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**7.4.1.** A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade do licitante de assumir e cumprir as obrigações decorrentes da contratação, sendo exigidos, para esse fim:

- a) CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede do licitante, observando-se o prazo de validade nela indicado ou, na ausência deste, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão;
  - a)** Será admitida a participação de licitantes com processamento de recuperação judicial deferido, desde que comprovem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;
  - b)** Para esse fim, será aceita decisão de deferimento do processamento (e, se houver, decisão de homologação do plano), além dos demais documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital.
  - c)** A Administração poderá realizar diligências para esclarecimentos e validação dos documentos apresentados, vedada a inabilitação por mero formalismo quando demonstrada, por meios objetivos, a capacidade de execução contratual.
- b) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em consonância com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, comprovando:
  - b.1** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), calculados a partir do balanço patrimonial apresentado, conforme as seguintes fórmulas:







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

|  |
|--|
| LG (Liquidez Geral)  |
| $LG = (Ativo\ Circ. + Realizável\ em\ Longo\ Prazo) \div (Passivo\ Circulante + Exigível\ em\ Longo\ Prazo)$ |
| SG (Solvência Geral)   |
| $SG = (Ativo\ Total) \div (Passivo\ Circulante + Exigível\ em\ Longo\ Prazo)$                                |
| LC (Liquidez Corrente)   |
| $LC = (Ativo\ Circulante) \div (Passivo\ Circulante)$  |

I- A licitante que não atender as condições estabelecidas no item b.1, **em qualquer índice, será inabilitada**, salvo se demonstrar, por documentos oficiais, erro material do demonstrativo contábil ou outra justificativa contábil aceita pela Administração.

II- A análise da qualificação econômico-financeira considerará prioritariamente o último exercício social, sem prejuízo da avaliação comparativa dos exercícios anteriores.

III- As fórmulas supramencionadas deverão estar aplicadas em memorial de cálculo, juntado ao balanço patrimonial, devidamente assinado por contador habilitado.

**b.2. Capital mínimo** (licitantes constituídas a menos de um ano) ou **patrimônio líquido mínimo** (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.

**7.4.2.** A exigência de apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer documentos aptos à verificação da qualificação econômico-financeira dos licitantes, estando devidamente justificada no caso concreto.

**7.4.3.** A análise comparativa de demonstrações contábeis de exercícios distintos permite avaliar não apenas a situação financeira momentânea da empresa, mas também sua consistência operacional ao longo do tempo, possibilitando a identificação de oscilações relevantes, deterioração financeira ou riscos de descontinuidade na execução contratual.

**7.4.4.** A exigência adotada não extrapola os limites legais, tampouco configura restrição indevida à competitividade, representando medida proporcional, adequada e necessária à mitigação de riscos contratuais, em observância aos princípios da razoabilidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

**7.5. Justificativa para a exigência de Índices Econômico-Financeiros:**

**7.5.1.** A exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, mediante a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como a apuração de índices financeiros, encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer elementos aptos a demonstrar a capacidade do licitante de cumprir as obrigações decorrentes da contratação.





**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

**7.5.2.** No presente caso, a exigência de demonstrações contábeis referentes a mais de um exercício social justifica-se em razão das características da contratação, notadamente:

- I – Natureza do objeto, consistente na aquisição de 02 (dois) tratores agrícolas destinados ao atendimento das demandas do Município;
- II – Contratação custeada com recursos oriundos de convênio, exigindo maior rigor quanto à segurança da execução contratual e à capacidade financeira da contratada;
- III – Valor expressivo da contratação, estimado em R\$ 498.000,00 (quatrocentos e noventa e oito mil reais);
- IV – Necessidade de assegurar que a empresa possua capacidade econômico-financeira compatível com o fornecimento dos equipamentos, garantindo a entrega regular e tempestiva dos bens;
- V – Necessidade de mitigação de riscos relacionados ao inadimplemento contratual, atraso na entrega ou incapacidade operacional da futura contratada.

**7.5.3.** A análise de demonstrações contábeis referentes a mais de um exercício social permite à Administração avaliar não apenas a situação econômico-financeira momentânea da empresa, mas também sua estabilidade e consistência ao longo do tempo, possibilitando a identificação de:

- I – Variações relevantes na capacidade de liquidez e solvência da licitante;
- II – Eventual deterioração da situação econômico-financeira da empresa;
- III – Riscos de descontinuidade das atividades empresariais;
- IV – Inconsistências contábeis que possam comprometer a adequada execução contratual;
- V – Capacidade da empresa em suportar obrigações financeiras compatíveis com o porte e a relevância da contratação pública.

**7.5.4.** A exigência dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) tem por finalidade avaliar a capacidade do licitante de honrar suas obrigações de curto e longo prazo, sendo compatível com a natureza do objeto e amplamente adotada nas contratações públicas.

**7.5.5.** Os parâmetros adotados foram definidos em patamar mínimo e proporcional, limitando-se ao necessário para mitigar riscos de inexecução contratual, sem impor restrições indevidas à competitividade, em conformidade com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa.

**7.5.6.** A Administração poderá realizar diligências e admitir justificativas técnicas e contábeis, de modo a evitar inabilitações automáticas, permitindo a avaliação individualizada da capacidade econômico-financeira das licitantes, conforme o caso concreto.

**7.5.7.** Dessa forma, a exigência de demonstrações contábeis e índices econômico-financeiros mostra-se tecnicamente justificada, adequada e necessária à garantia da execução contratual, não configurando restrição indevida à competitividade.

**7.5.8.** A eventual exigência de patrimônio líquido mínimo, limitada a até 10% do valor estimado da contratação, fundamenta-se na necessidade de assegurar que o licitante possua capacidade econômico-financeira compatível com as obrigações assumidas.

**7.5.9.** Tal exigência visa mitigar riscos de inadimplemento, descontinuidade no fornecimento e prejuízos à Administração, estando alinhada às boas práticas de gestão pública e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

## **7.6. Regras para regimes tributários**

**7.6.1.** Empresas do Simples Nacional deverão apresentar demonstrações contábeis conforme legislação aplicável.

**7.6.2.** Empresas dos regimes de lucro presumido ou real deverão apresentar demonstrações conforme suas obrigações fiscais.





**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

**7.6.3.** As demonstrações contábeis deverão estar assinadas por contador habilitado.

**7.6.4.** Empresas constituídas no exercício corrente poderão apresentar balanço de abertura.

**7.6.5.** Empresas com menos de 2 (dois) anos apresentarão documentos do período disponível.

**7.6.6.** A exigência observará as regras da Escrituração Contábil Digital – ECD.

**7.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**7.7.1.** A qualificação técnica tem por finalidade comprovar que o licitante possui aptidão para fornecer bens compatíveis com o objeto desta contratação, consistente na aquisição de 02 (dois) tratores agrícolas.

**7.7.2.** Considerando tratar-se de aquisição de bens comuns, com especificações objetivamente definidas no Termo de Referência, não será exigida comprovação de capacidade técnico-operacional mediante apresentação de atestados de desempenho anterior.

**7.7.3.** Todavia, com o objetivo de possibilitar a adequada análise técnica dos equipamentos ofertados, **o licitante deverá apresentar catálogo, prospecto, ficha técnica, manual, folders, vídeos, fotografias ou outros documentos oficiais do fabricante que contenham informações detalhadas das especificações técnicas do produto ofertado.**

**7.7.4.** Os documentos apresentados deverão permitir a verificação da compatibilidade dos equipamentos com as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência, possibilitando a análise e avaliação pela comissão de recebimento, equipe técnica ou secretaria requisitante.

**7.7.5.** A ausência de informações suficientes que impossibilitem a identificação das características técnicas do equipamento poderá ensejar a desclassificação da proposta, caso não seja possível comprovar o atendimento integral das especificações exigidas.

**7.8.** Em nenhuma hipótese, serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;

**a)** Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I.** Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II.** Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome dela, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III.** Se o Licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

**7.9.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**7.10.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.11.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016,





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.12.** Não se aplica o disposto neste item, considerando que a participação de empresas em consórcio não é admitida neste certame, conforme item 2.7.9 deste edital.

**7.13.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por QUALQUER OUTRO MEIO EXPRESSAMENTE ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO.

**7.14.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.15.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.16.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.17.** O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.18.** A habilitação do licitante (anexada no Habilitanet) poderá ser comprovada mediante consulta online a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

**7.19.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**7.20.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**7.20.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**7.21.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.21.1.** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.21.2.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

**7.22.** A unificação ou a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.22.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.22.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**7.23. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/2021, art. 64, e IN SEGES/ME nº 73/2022, art. 39, §4º):**

**7.23.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**7.23.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.23.3.** Apresentação de documentos comprobatórios de condição já atendida pelo licitante no momento da apresentação da proposta, mas que, por erro ou falha material, não foram juntados inicialmente e sua apresentação posterior seja necessária para resguardar o interesse público (**Acórdãos TCU nº 1211/2021 e nº 988/2022**).

**7.24.** Na análise dos documentos de habilitação, o agente responsável pela condução da licitação poderá sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.25. O licitante deverá encaminhar os documentos solicitados em sede de diligência no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da respectiva notificação realizada através do sistema.**

**7.25.1. A critério do pregoeiro/agente de contratação, poderá ser concedida prorrogação justificada, desde que solicitada pelo licitante dentro do prazo original e devidamente motivada, observando-se os princípios da razoabilidade, competitividade e interesse público.**

**7.25.2.** Caso a diligência seja atendida de forma satisfatória antes do término do prazo concedido, o pregoeiro/agente de contratação poderá dar por encerrado o período de diligência e prosseguir com a análise do certame.

**7.26.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**7.27.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.28.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**7.29.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

julgamento.

**7.30.** Os arquivos ref. a documentação de habilitação devem ser anexados na Plataforma de Licitações, preferencialmente, **no formato PDF (modo retrato) e SEGUINDO A ORDEM SEQUENCIAL ABAIXO:**

|  |   |
|--|---|
| 1  | <b>PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS-CNPJ.</b>   |
| 2  | <b>ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR</b> , devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCME, cuja verificação da autenticidade no sítio <a href="http://www.portaldoempreendedor.gov.br">www.portaldoempreendedor.gov.br</a> . |
| 3  | <b>DOCUMENTO PESSOAL DO PROPRIETÁRIO, SÓCIO ADMINISTRADOR OU PROCURADOR DA EMPRESA</b> (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.   |
| 4  | <b>CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.</b>   |
| 5  | <b>CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS ESTADUAIS;</b>  |
| 6  | <b>CERTIDÃO DE REGULARIDADE QUANTO AOS DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS, DO DOMICÍLIO OU SEDE DA LICITANTE.</b>  |
| 7  | <b>CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF).</b>   |
| 8  | <b>CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA</b> EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DO FORO OU CARTÓRIO DA SEDE DA LICITANTE.   |
| 9  | <b>CERTIDÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA (CNDT).</b>   |
| 10   | <b>BALANÇO PATRIMONIAL DOS 02 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.</b>   |
| 11   | <b>DECLARAÇÕES UNIFICADAS (CONFORME MODELO – ANEXO II DO EDITAL)</b>  |
| <b>DOCUMENTOS COMPLEMENTARES</b>   |   |
| Prospectos, catálogos, fichas técnicas, imagens, manuais ou documentos equivalentes, que permitam a verificação do atendimento às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.  |   |
| <b>Declaração de Ass. Técnica:</b> Na fase de apresentação das propostas, o licitante deverá apresentar declaração formal de compromisso de que, caso seja vencedor do certame, disponibilizará assistência técnica no Estado de Rondônia, mediante rede própria, autorizada ou credenciada, apta a atender aos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência. (conf. Item 5.10.6 a 5.10.9 do TR). |   |

**OBS:** As certidões que não constarem especificamente sua data de validade, serão aceitos com data de emissão de no máximo **120 dias**.

**NOTA EXPLICATIVA**

- Para fins de cumprimento das exigências legais relativas ao enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fica estabelecido que os trechos específicos das declarações unificadas constantes do sistema Licitanet, que tratam do enquadramento e das condições fiscais previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, serão considerados válidos e eficazes exclusivamente para os licitantes que, no momento do envio da proposta, realizarem o cadastramento no campo próprio do sistema informando o seu enquadramento nessa condição.
- Para os licitantes que não se enquadrarem como MEI, ME ou EPP, ou que não declararem tal condição nos campos específicos do Licitanet, tais trechos da declaração unificada padrão serão automaticamente desconsiderados, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

*Essa medida assegura que apenas empresas efetivamente enquadradas no regime diferenciado gozarão dos benefícios e responderão pelas declarações correspondentes, conforme determina a legislação vigente, evitando declarações inexatas ou incompatíveis com a realidade jurídica do licitante.*

**8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação dos atos ou da lavratura da ata, quando esta substituir a intimação.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** O prazo para manifestação da intenção de recorrer será de, no mínimo, 10 (dez) minutos, conforme parametrização do sistema eletrônico utilizado.

**8.3.3.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.3.4.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**8.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico de licitações utilizado pelo município.

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderá-la no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo à autoridade superior, devidamente instruído, a qual deverá proferir decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso terá efeito suspensivo nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando versar sobre habilitação, julgamento das propostas ou outros atos cuja continuidade possa comprometer o resultado do certame, cabendo à autoridade competente avaliar a extensão do efeito suspensivo, quando aplicável.

**8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;





**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

**9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**9.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**9.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**9.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**9.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra, **quando exigida no Termo de Referência**;

**9.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra (quando solicitada) em desacordo com as especificações do edital;

**9.1.3.** Não formalizar a contratação ou não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.4.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**9.1.5.** Fraudar a licitação;

**9.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**9.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**9.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**9.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**9.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**9.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**9.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.2.1.** Advertência;

**9.2.2.** Multa;

**9.2.3.** Impedimento de licitar e contratar e

**9.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.

**9.3.2.** As peculiaridades do caso concreto





**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

**9.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes

**9.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública

**9.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.4.** A multa será aplicada no percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor da obrigação inadimplida, podendo, quando não for possível sua mensuração, incidir sobre o valor estimado da contratação, conforme o caso, devendo ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor estimado da contratação ou da Nota de Empenho

**9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor estimado da contratação ou da Nota de Empenho

**9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas neste edital e na legislação aplicável, inclusive à perda da garantia de proposta, quando houver previsão expressa no instrumento convocatório.

**9.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

**9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo nos termos da Lei nº 14.133/2021, cabendo à autoridade competente avaliar sua aplicação conforme a natureza da sanção e os efeitos da decisão recorrida.

**9.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**9.15.** Para garantia do contraditório e da ampla defesa, as notificações serão realizadas preferencialmente por meio do sistema eletrônico de licitações utilizado pelo Município e, subsidiariamente, por meio eletrônico (e-mail) informado pelo licitante, ou outro meio oficial adotado pela Administração.

**9.15.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado do recebimento do pedido, observado o limite do último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser realizados, na forma eletrônica, por meio do sistema de licitações utilizado pelo Município, no endereço indicado neste edital, em campo específico.

**10.4.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem, em regra, os prazos previstos no certame.

**10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação constitui medida excepcional, devidamente motivada pelo agente de contratação, quando necessária à preservação da legalidade e da isonomia do certame.

**10.5.** Acolhida a impugnação, total ou parcialmente, será promovida a adequação do edital e, quando necessário, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**11.1.** A sessão pública poderá ser reaberta nas seguintes hipóteses:

**11.1.1.** Provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública ou quando for anulada a própria sessão, hipótese em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam;

**11.1.2.** Identificação de erro na aceitação da proposta classificada em primeiro lugar;

**11.1.3.** Quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos da legislação aplicável;

**11.1.4.** Outras situações supervenientes que justifiquem a retomada da sessão, devidamente motivadas pelo





**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

pregoeiro.

**11.2.** Nos casos previstos neste item, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**11.2.** Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta, por meio do sistema eletrônico utilizado na licitação, sendo de responsabilidade dos licitantes o acompanhamento das comunicações realizadas no referido sistema.

**12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**12.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e após a análise e decisão dos recursos administrativos eventualmente interpostos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente, que deverá verificar a regularidade dos atos praticados, podendo:

- I – Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II – Anular o procedimento, no todo ou em parte, por ilegalidade;
- III – Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificado; ou
- IV – Adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar o procedimento licitatório.

**12.2. Parágrafo único.** A adjudicação e a homologação somente serão realizadas após a verificação da regularidade do procedimento, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

**13. DO TERMO DE CONTRATO / NOTA DE EMPENHO**

**13.1.** Após a homologação e adjudicação do certame, a contratação será formalizada mediante celebração de Termo de Contrato e emissão da respectiva Nota de Empenho, nos termos dos arts. 89 e 95 da Lei nº 14.133/2021, em observância às exigências do convênio que financia a presente contratação.

**13.2.** O adjudicatário será convocado para assinar o Termo de Contrato e dar aceite na Nota de Empenho no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação pela Administração.

**13.3.** A convocação poderá ocorrer por meio eletrônico, sendo admitida assinatura digital e aceite eletrônico dos instrumentos, na forma da legislação aplicável.

**13.4.** A assinatura do Termo de Contrato e o aceite da Nota de Empenho formalizam a contratação administrativa, implicando:

- I – Constituição do vínculo jurídico entre as partes;
- II – Vinculação da contratada à sua proposta, ao edital, ao Termo de Referência e à legislação aplicável;
- III – Sujeição às cláusulas contratuais e às hipóteses de alteração, execução, fiscalização, sanções e extinção previstas na Lei nº 14.133/2021.

**13.5.** O prazo para assinatura do Termo de Contrato e aceite da Nota de Empenho poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela adjudicatária, desde que aceita pela Administração.

**14. DO LOCAL, PRAZO E MODO DE ENTREGA DOS PRODUTOS**

**14.1.** A execução do objeto observará integralmente as condições, prazos, especificações e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

**14.2.** Os produtos deverão ser novos, estar em perfeitas condições de uso e atender às especificações técnicas.

**14.3.** As condições detalhadas de execução, incluindo prazos, locais de entrega e demais exigências, encontram-se descritas no Termo de Referência (Anexo I), que integra este edital para todos os fins.





**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

**15. DA FISCALIZAÇÃO**

**15.1.** A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e conforme disposto no Termo de Referência.

**15.2.** Compete ao gestor da contratação acompanhar a execução geral do fornecimento e adotar as providências necessárias ao seu regular cumprimento.

**15.2.1.** Compete ao fiscal da contratação acompanhar a execução quanto aos aspectos técnicos e operacionais, verificar a conformidade dos materiais entregues com as especificações estabelecidas e atestar o recebimento, quando atendidas as condições previstas.

**15.3.** O acompanhamento e a fiscalização da execução não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

**15.4.** As atribuições específicas relacionadas à fiscalização poderão ser detalhadas no Termo de Referência e na respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

**16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** As despesas decorrentes da contratação correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas no Termo de Referência.

**17. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

**17.1.** A liquidação da despesa será realizada após o recebimento definitivo do objeto, mediante verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, nos termos da legislação aplicável.

**17.2.** O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, mediante apresentação de documento fiscal válido, devidamente atestado pelo servidor responsável.

**17.3.** O pagamento observará a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

**17.4.** As condições detalhadas de liquidação e pagamento, incluindo prazos, critérios e requisitos, encontram-se estabelecidas nos itens específicos deste Termo de Referência.

**18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE**

**18.1.** As obrigações da CONTRATADA e da CONTRATANTE encontram-se detalhadamente estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente nos itens específicos que tratam da execução, fiscalização, recebimento, liquidação e pagamento.

**18.2.** A execução das obrigações deverá observar integralmente as condições, prazos, especificações e demais disposições constantes neste Termo de Referência.

**18.3.** Eventuais omissões ou dúvidas na execução do objeto serão dirimidas pela Administração, com base na legislação aplicável e nos princípios que regem as contratações públicas.

**19. DO CONTRATO, CLÁUSULAS, INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**19.1. DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO, EXECUÇÃO E EXTINÇÃO**

**19.1.1.** A contratação decorrente deste certame será formalizada mediante celebração de Termo de Contrato e emissão da respectiva Nota de Empenho, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e em observância às exigências do convênio que financia a presente aquisição.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

**19.2.** A execução do objeto deverá observar integralmente as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência (Anexo I), no contrato administrativo e na proposta apresentada pela contratada.

**19.3.** O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da execução contratual serão realizados por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, nos termos dos arts. 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**19.4.** A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitará a mesma às sanções administrativas previstas neste edital, no contrato e na legislação aplicável, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**19.5.** A extinção do contrato poderá ocorrer nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, observados os procedimentos legais e garantidos o contraditório e a ampla defesa.

**19.6.** O Termo de Contrato e a Nota de Empenho vinculam a contratada às condições estabelecidas neste edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora e na legislação aplicável.

**20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1.** O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021. A não apresentação das informações ou documentos solicitados no prazo estabelecido poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme o caso.

**20.2.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos ou sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**20.2.1.** Na análise da documentação e no julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou profissionais especializados, quando necessário.

**20.3.** Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, salvo comunicação em contrário.

**20.4.** Todas as referências de tempo no edital, aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**20.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**20.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**20.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se apenas em dias de expediente na Administração.

**20.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**Edital de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 41/2026**

**Processo Administrativo n. 1030/SEMINFRA/2026**

seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**20.10.** Em caso de divergência entre as disposições deste edital e de seus anexos, prevalecerão aquelas constantes do Termo de Referência quanto às especificações técnicas do objeto, e as demais disposições do edital quanto às regras procedimentais.

**20.11.** *O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no portal de licitações Licitanet: <https://www.licitanet.com.br> e no Portal da Transparência do Município: <https://ouopretodoeste.ro.gov.br/>.*

**21. DO FORO**

**21.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes desta licitação e dos atos dela resultantes, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Ouro Preto do Oeste, junho de 2026.**

MANOEL HENRIQUE SANTOS DE SOUZA

ORDENADOR DE DESPESAS DA SEMINFRA





# Município de Ouro Preto do Oeste

04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

| Tipo do Documento           | Identificação/Número | Data       |
|-----------------------------|----------------------|------------|
| Edital de Pregão Eletrônico | 41                   | 11/06/2026 |

|                                 |                                  |           |
|---------------------------------|----------------------------------|-----------|
| ID: 1621994                     | Processo                         | Documento |
| CRC: FE61A133                   |                                  |           |
| Processo: 1-1030/2026           |                                  |           |
| Usuário: Selmo da Costa Simoura |                                  |           |
| Criação: 11/06/2026 08:12:15    | Finalização: 11/06/2026 08:16:09 |           |

MD5: 5916F042C2B9376B741C1FB79AFF07E8

SHA256: 788C3F3D3D7A0F2E31A5E2EDE44A2BD1A59D6B37BF62407202046B5A4A476B80

Súmula/Objeto:

Edital de Pregão Eletrônico - 41/2026.

### INTERESSADOS

|          |                     |    |                     |
|----------|---------------------|----|---------------------|
| SEMINFRA | OURO PRETO DO OESTE | RO | 11/06/2026 08:12:15 |
|----------|---------------------|----|---------------------|

### ASSUNTOS

|  |                     |
|--|---------------------|
| MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA RURAL - CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 978747/2025 - TRANSFEREGOV.BR Nº | 11/06/2026 08:12:15 |
|--|---------------------|

### ANEXOS

|   |            |         |
|---|------------|---------|
| ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I TR 1030_2026 - corrigido 2  | 09/06/2026 | 1619667 |
| ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA ANEXO II -MODELO DEC.   | 09/06/2026 | 1619668 |
| ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA ANEXO III - MODELO PROPOSTA        | 09/06/2026 | 1619669 |
| ANEXO IV DO EDITAL - MINUTA DE CONTRATO Minuta_de_Contrato-retificacao_1030 | 09/06/2026 | 1619670 |

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

|  |                   |              |                     |
|--|-------------------|--------------|---------------------|
|  | Juan Alex Testoni | Prefeito (a) | 11/06/2026 08:23:54 |
|--|-------------------|--------------|---------------------|

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

|  |                                 |                               |                     |
|--|---------------------------------|-------------------------------|---------------------|
|  | Manoel Henrique Santos de Souza | Assessor Especial da Seminfra | 11/06/2026 08:39:25 |
|--|---------------------------------|-------------------------------|---------------------|

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br) informando o ID 1621994 e o CRC FE61A133.

**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEINFRA/2026**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1.** O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer, de forma clara e objetiva, as condições, especificações e diretrizes que orientarão a contratação, em conformidade com a legislação vigente e os instrumentos de planejamento da Administração Pública.

**1.2.** A contratação tem por objeto a aquisição de **tratores agrícolas de pneus**, destinados à execução de atividades de manutenção preventiva e corretiva da malha viária rural, com vistas ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura.

**1.3.** A presente aquisição encontra-se vinculada ao **CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 978747/2025 - TRANSFEREGOV.BR Nº 047528/2025**, conforme instrução constante nos autos do Processo Administrativo nº 1030/2026, observando-se os parâmetros técnicos e financeiros estabelecidos nos referidos instrumentos.

**1.4.** A presente contratação tem como objetivo assegurar melhores condições de trafegabilidade, apoiar o escoamento da produção agrícola, garantir o acesso às comunidades rurais e promover a continuidade das atividades operacionais da Secretaria, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, conforme abaixo especificado:

| ITEM                                | CÓD.                | ESPECIFICAÇÃO DO ITEM   | UND | QUANT | VALOR UNIT | TOTAL             |
|-------------------------------------|---------------------|---|-----|-------|------------|-------------------|
| <b>01</b>                           | <b>030.186.0001</b> | <b>TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS, NOVO, ZERO HORA DE USO, ANO/MOD. 2026, EQUIVALENTE TÉCNICO, DE MELHOR QUALIDADE OU SUPERIOR, COM ESPECIF. MÍNIMAS:</b> Plataforma C/Toldo De Proteção Ao Operador Rops; Tração 4x4, Motor De 04 Cilindros, Movido a Óleo Diesel, Potência Mínima de 90cv, Turbo Intercooler ou Aftercooler, Transm. Sincronizada C/12 Marchas A Frente e 12 A Ré C/Reversor Frente Ré. Sist. Hidráulico C/ Cap. de Levante Mín. de 2.200 Kgf a 610 Mm do Olhal; Tomada De Potência Independente Mín. de 540 Rpm; Controle Remoto Independente Com 02 Válvulas, Direção Hidrostática, Freios A Disco Úmidos de Acionamento Hidráulico, Pneus Dianteiros 12.4. 24 e Traseiro 18.4.30r1, Tanque de Combustível C/ Cap. Mín. de 60 Litros, Instrumentação: Luz de Alerta e Pressão do Óleo Do Motor; Medidores: Água, Combustível, Tacômetro C/Horímetro; Sist. de Segurança da Tdp; Luzes Indicadoras de Direção, Alta e Baixa; Controle de Posição e Reação do Hidráulico; Direção Hidrostática; Luz de Trabalho Traseira; <b>Garantia Mín. De 1 Ano</b> contra defeito de Fabricação.<br><b>Assistência Técnica Autorizada</b> do Fornecedor/Fabricante no Estado de Rondônia e Manuais de Garantia em português. | UND | 02    | 216.800,00 | <b>433.600,00</b> |
| <b>TOTAL GERAL R\$</b>              |                     |   |     |       |            | <b>433.600,00</b> |
| <b>INTERVALO MIN. DE LANCES R\$</b> |                     |   |     |       |            | <b>0,20</b>       |

**OBS:** A oferta de preços superfaturados em licitações com base no valor orçado pelo órgão licitante é uma prática ilegal que pode gerar diversas penalidades ao licitante infrator, que vão desde a exclusão da licitação até a



**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

responsabilização civil e criminal. Por isso, é importante que as empresas que participam de licitações observem a legislação e ofereçam preços compatíveis com os valores de mercado.

**2. FUNDAMENTAÇÃO, DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. Fundamentação**

A presente contratação fundamenta-se:

- nos princípios constitucionais da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento e interesse público**;
- nas disposições da **Lei nº 14.133/2021**, especialmente quanto à obrigatoriedade de planejamento, motivação dos atos administrativos e definição adequada do objeto;
- nas diretrizes institucionais da **Secretaria Municipal Infraestrutura e Agricultura**, voltadas à manutenção e prevenção da malha viária rural.
- no **Estudo Técnico Preliminar** regularmente elaborado, que analisou a demanda, as soluções disponíveis, a viabilidade da contratação e os riscos associados;
- na existência de recursos oriundos do Convênio nº 978747/2025, destinados especificamente à aquisição de equipamentos para fortalecimento da infraestrutura rural.

**2.1.1.** A contratação insere-se no dever da Administração Pública de assegurar condições materiais adequadas à prestação contínua e eficiente dos serviços públicos, bem como de promover a adequada aplicação dos recursos públicos vinculados, em conformidade com o planejamento institucional.

**2.2 Descrição da necessidade**

**2.2.1.** A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura possui a responsabilidade pela manutenção da malha viária rural, essencial para garantir a mobilidade da população, o escoamento da produção agrícola e o acesso a serviços públicos nas áreas rurais do Município.

**2.2.2.** Verifica-se, contudo, a necessidade de fortalecimento da capacidade operacional da Secretaria, em razão da limitação de equipamentos disponíveis para atendimento das demandas de manutenção preventiva e corretiva das estradas vicinais.

**2.2.3.** Tal cenário compromete a eficiência das ações administrativas, especialmente em períodos de maior demanda, impactando diretamente a trafegabilidade das vias e o desenvolvimento das atividades produtivas locais.

**2.2.4.** Além disso, a demanda está diretamente relacionada à **execução do termo de convênio e plano de trabalho** a qual definiu previamente os itens e quantidades a serem adquiridos, vinculando a Administração ao dever de promover a contratação adequada, observados os princípios da economicidade, eficiência e finalidade pública.

**2.3 Justificativa da contratação (interesse público)**

**2.3.1.** A contratação justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos relacionados à infraestrutura rural, assegurando melhores condições de tráfego nas estradas vicinais.



**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

**2.3.2.** A solução contribuirá para o fortalecimento da atividade agrícola, facilitando o escoamento da produção, reduzindo perdas e promovendo o desenvolvimento econômico local.

**2.3.3.** Ademais, a melhoria das condições das vias rurais possibilita maior acesso da população a serviços essenciais, como saúde, educação e assistência social, reforçando o atendimento ao interesse público.

**2.3.4.** Ressalta-se, ainda, que a contratação está alinhada ao planejamento institucional e ao objeto pactuado no **Convênio nº 978747/2025**, garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos e o cumprimento das metas estabelecidas.

**2.3.5.** Dessa forma, a contratação mostra-se **necessária, adequada e proporcional**, atendendo ao interesse público, à finalidade administrativa e às obrigações de boa gestão dos recursos públicos.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

**3.1. Descrição da solução como um todo**

**3.1.1.** A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos destinados ao fortalecimento da capacidade operacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, conforme previsto no Plano de Trabalho vinculado ao Convênio nº 978747/2025, visando à execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva da malha viária rural.

**3.1.2.** A contratação está alinhada ao planejamento institucional e à necessidade administrativa previamente identificada, não implicando inovação ou ampliação do objeto pactuado, mas sim a sua fiel execução, conforme parâmetros definidos nos instrumentos que instruem o processo.

**3.1.3.** A solução contempla de forma integrada:

- ➔ fornecimento de equipamentos novos, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas;
  - entrega do equipamento acompanhada de manuais de operação e orientações técnicas em língua portuguesa;
  - garantia contratual mínima de 01 (um) ano;
  - disponibilidade de assistência técnica autorizada do fornecedor/fabricante no estado de RO e Manuais
  - realização de testes operacionais, com vistas à verificação do pleno funcionamento do equipamento antes do recebimento definitivo.
- ➔ condições adequadas para incorporação dos bens ao patrimônio público.

**3.1.4.** A contratação visa assegurar não apenas a aquisição física dos bens, mas sua plena integração ao ambiente operacional da Administração, garantindo condições adequadas de utilização, manutenção e continuidade dos serviços públicos.

**3.2 Solução sob a ótica do ciclo de vida do objeto:**

**3.2.1.** A solução foi estruturada considerando todas as **etapas do ciclo de vida dos bens**, conforme segue:

- ➔ **Planejamento e aquisição:** Compreende a definição da demanda, elaboração dos instrumentos de planejamento (DFD e ETP), vinculação ao Plano de Trabalho do convênio e realização do procedimento licitatório.





**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

- **Fabricação, fornecimento e logística:** Refere-se à produção, disponibilização e entrega dos equipamentos pelo fornecedor, observando as especificações técnicas e prazos.
- **Recebimento, incorporação e início de uso:** Inclui o recebimento provisório e definitivo, verificação da conformidade com as especificações, realização de testes operacionais e incorporação dos bens ao patrimônio público, com posterior início de utilização.
- **Operação e manutenção:** Abrange a utilização dos equipamentos pela Administração, com observância das orientações do fabricante, realização de manutenções preventivas e corretivas e adoção de boas práticas operacionais
- **Fim da vida útil:** ao término da vida útil, os bens deverão ter destinação adequada, observando-se os procedimentos administrativos aplicáveis e as normas vigentes quanto à gestão patrimonial e eventual desfazimento.

A consideração do ciclo de vida permite à Administração avaliar não apenas o custo inicial de aquisição, mas também aspectos relacionados à **durabilidade, segurança, manutenção, sustentabilidade e descarte**, assegurando maior eficiência no uso dos recursos públicos.

### **3.3 Diretrizes de especificação**

**3.3.1.** As especificações técnicas dos bens deverão ser definidas no Termo de Referência de forma:

- **objetiva, clara e impessoal,**
- **compatível com normas técnicas aplicáveis,** quando existentes,
- **suficiente para garantir qualidade, segurança e funcionalidade,**
- **sem direcionamento de marca,** admitindo-se a indicação de desempenho mínimo, características funcionais e padrões construtivos.

**3.3.2.** Os requisitos técnicos estabelecidos visam assegurar desempenho, durabilidade, segurança e compatibilidade com as atividades a serem desenvolvidas, sem restrição indevida à competitividade, admitindo-se soluções equivalentes que atendam integralmente às exigências.

**3.3.3.** As especificações completas, quantitativos, requisitos de garantia, critérios de aceitação e condições de fornecimento constarão do **quadro técnico do objeto**, parte integrante deste Termo de Referência.

### **3.4 Avaliação conclusiva da solução**

**3.4.1.** A solução proposta mostra-se **adequada, suficiente e proporcional** para atendimento da necessidade identificada, considerando:

- a natureza do objeto;
- a disponibilidade dos bens no mercado;



**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

→ e a obrigação da Administração de planejar a contratação sob a ótica do ciclo de vida.

**3.5.** Diante das análises realizadas, conclui-se que a solução proposta é tecnicamente adequada, operacionalmente viável e alinhada ao planejamento institucional e ao objeto do convênio, atendendo de forma satisfatória à necessidade identificada, sem implicar riscos relevantes à execução contratual ou à adequada aplicação dos recursos públicos.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO / MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

**4.1. Modalidade, forma e enquadramento legal**

**4.1.1.** A contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica (**Pregão Eletrônico**), por se tratar de fornecimento de bens comuns, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.2. Justificativa da escolha do Pregão Eletrônico**

**4.2.1.** A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico para a realização deste processo licitatório é justificada pela celeridade em sua execução e pela possibilidade de se obter preços mais vantajosos para a Administração, em razão da probabilidade de os licitantes reduzirem preços durante a disputa licitatória, conforme inciso VIII, art. 18, da Lei nº 14.133/21.

**4.2.2.** O ambiente eletrônico, aliado às fases e instrumentos próprios do pregão, favorece a ampliação do universo de participantes e a competitividade do certame, sem prejuízo da observância das exigências técnicas e de habilitação previstas no edital e neste Termo de Referência.

**4.3. Classificação do objeto como bem comum**

**4.3.1.** O objeto é classificado como bem comum por apresentar padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no ato convocatório e no presente Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado e executada por grande número de empresas e Instituições do mercado.

**4.3.2.** As especificações e requisitos de aceitação serão estabelecidos no edital e nas seções pertinentes deste Termo de Referência, assegurando objetividade, isonomia e plena compreensão pelos licitantes

**4.4. Critério de julgamento e aceitabilidade das propostas**

**4.4.1.** O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que perfeitamente exequíveis e observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos neste Instrumento.

**4.4.2.** A Administração desclassificará propostas que:

- a) não atendam às exigências técnicas e condições de fornecimento;
- b) contenham vícios que comprometam o julgamento;
- c) apresentem valores manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com o mercado, conforme critérios e parâmetros previstos no edital

**4.5. Sustentabilidade:**



## ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026

**4.5.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos definidos no ETP e sempre que possível, atender ao disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, na aquisição de bens e produtos.

**4.5.2.** Eventuais exigências ambientais específicas, quando cabíveis e proporcionais ao objeto, serão definidas no edital, de forma a não restringir indevidamente a competitividade e a assegurar isonomia entre os licitantes.

### **4.6. Indicação de Marcas e Modelos**

**4.6.1.** Na proposta, o **licitante deverá indicar a marca**, o modelo **(quando aplicável)** e/ou a identificação comercial do material ofertado, exclusivamente para fins de verificação de conformidade técnica e rastreabilidade do fornecimento, vedada qualquer exigência que implique direcionamento.

**4.6.2.** Para fins de análise técnica, será solicitado ao licitante mais bem classificado a **apresentação de documentação técnica do produto, tais como fichas técnicas, prospectos, vídeos, catálogos, laudos, certificados, relatórios de caracterização e outros documentos equivalentes**, desde que pertinentes ao objeto e previstos no edital, com o objetivo de comprovar o atendimento às especificações exigidas.

### **4.7. Da Exigência de Amostras**

**4.7.1.** Não serão exigidas amostras na presente contratação, tendo em vista a natureza do objeto e a possibilidade de verificação de conformidade por meio de especificações objetivas, documentação técnica e procedimentos de recebimento e inspeção previstos no edital e neste Termo de Referência.

### **4.8. Da Subcontratação**

**4.8.1.** Não será admitida subcontratação do objeto, por se tratar de fornecimento de bens, devendo o licitante vencedor do certame ser o responsável direto pelo atendimento das ordens de fornecimento e pelas obrigações decorrentes.

### **4.9. Da exigência de Carta de Solidariedade**

**4.9.1.** Somente em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor exclusivo, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegura a execução do contrato.

### **4.10. Garantia da Contratação**

**4.10.1.** Não haverá exigência de garantia da contratação, dos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, pela baixa complexidade do objeto.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO / LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

### **Condições de Entrega:**

**5.1.** O objeto deste certame consiste no fornecimento integral, em parcela única, de 02 (dois) tratores agrícolas, cuja entrega deverá ocorrer no prazo máximo de até **90 (noventa) dias** corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, no endereço abaixo indicado:

| Local de Entrega | Endereço | Dias e horários |
|------------------|----------|-----------------|
|------------------|----------|-----------------|



**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

|                               |  |   |
|-------------------------------|--|---|
| <b>Almoxarifado Municipal</b> | Rua Martinho Lutero nº 606, Bairro Alvorada -<br>Ouro Preto do Oeste / RO – CEP: 76920-000       | Segunda a Sexta-feira das 07h30<br>às 13h30 (exceto nos feriados) |
| <b>E-MAIL</b>                 | <a href="mailto:almoxarifado@ouopretodoeste.ro.gov.br">almoxarifado@ouopretodoeste.ro.gov.br</a> |   |

**5.2.** Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente as razões respectivas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, para análise de eventual pedido de prorrogação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

**5.3.** Todos os custos decorrentes da entrega do objeto, inclusive transporte, frete, carga, descarga e demais despesas correlatas, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

**5.3.1.** A movimentação dos equipamentos até as dependências do Almoxarifado Municipal será de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora por ela contratada, não cabendo ao Município o fornecimento de mão de obra, equipamentos ou apoio operacional para descarga.

**5.4.** O objeto será recebido provisoriamente para verificação quantitativa e documental, mediante atesto no documento fiscal correspondente.

**5.5.** Não serão aceitos equipamentos com marca ou modelo divergentes daqueles apresentados na proposta vencedora, salvo mediante autorização expressa da Administração, devidamente justificada e desde que mantidas ou superadas as especificações técnicas exigidas.

**5.6.** Após o recebimento provisório, a Administração realizará, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, a verificação da conformidade do objeto entregue com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta vencedora e Nota de Empenho.

**5.7.** Verificada qualquer incompatibilidade, defeito ou desconformidade, o equipamento deverá ser substituído pela CONTRATADA, às suas expensas, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**5.7.1.** O procedimento de verificação também será aplicado aos equipamentos substituídos, somente ocorrendo o recebimento definitivo após a comprovação do pleno atendimento às exigências contratuais.

**5.8.** O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, segurança e perfeito funcionamento dos equipamentos fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades identificadas durante o prazo de garantia.

**5.9.** Os equipamentos fornecidos deverão ser novos, originais, sem uso anterior e em conformidade com todas as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência.

**5.9.1.** Caso sejam identificados falhas, defeitos, vícios ou características incompatíveis com as exigências estabelecidas, ainda que constatadas apenas durante a utilização dos equipamentos, a CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para a Administração, a substituição ou reparo necessário, inclusive realizando intermediação junto ao fabricante, quando cabível.

**5.10. Garantia da Contratação, Manutenção e Assistência Técnica**

**5.10.1.** Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia legal, nos termos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo da garantia contratual ofertada pelo fabricante ou pela contratada.



**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

**5.10.2.** A garantia contratual dos equipamentos será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto, abrangendo defeitos de fabricação, funcionamento, montagem e demais vícios que comprometam a adequada utilização dos equipamentos.

**5.10.2.1.** Caso a garantia fornecida pelo fabricante seja inferior ao prazo estabelecido neste Termo de Referência, a contratada deverá complementar a garantia pelo período remanescente, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

**5.10.3.** A contratada deverá assegurar a qualidade, desempenho e pleno funcionamento dos equipamentos fornecidos, responsabilizando-se pela substituição, reparo ou correção de quaisquer defeitos, vícios, falhas ou desconformidades identificadas, sem quaisquer ônus para a Administração Municipal.

**5.10.4.** A CONTRATADA responderá pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pela Administração.

**5.10.5.** Os equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação, funcionamento inadequado ou qualquer desconformidade com as especificações exigidas deverão ser reparados ou substituídos pela CONTRATADA no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação formal emitida pela CONTRATANTE.

**5.10.6. Assistência Técnica Autorizada:** Para assegurar a disponibilidade operacional dos equipamentos e a continuidade dos serviços públicos, a contratada deverá disponibilizar **assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva no Estado de Rondônia, por meio de rede própria, autorizada ou credenciada pelo fabricante.**

**5.10.7. Prazo para Atendimento:** A contratada deverá atender às solicitações de assistência técnica no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da comunicação formal da Administração, salvo situações emergenciais devidamente justificadas.

**5.10.8. Declaração na Proposta:** Na fase de apresentação das propostas, o licitante deverá apresentar declaração formal de compromisso de que, caso seja vencedor do certame, disponibilizará assistência técnica no Estado de Rondônia, mediante rede própria, autorizada ou credenciada, apta a atender aos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

**5.10.9. Comprovação da Assistência Técnica**

**5.10.9.1.** Até a assinatura do contrato ou, no máximo, no ato da entrega inicial do equipamento, a contratada deverá comprovar a existência de assistência técnica no Estado de Rondônia, mediante apresentação de:

- a) **contrato de credenciamento, declaração do fabricante ou documento equivalente;**
- b) **endereço completo e dados de contato do posto de atendimento técnico;**
- c) **documentação comprobatória da capacidade técnica para realização de manutenção preventiva e corretiva, tais como certificado de autorização, catálogo técnico, comprovação de fornecimento de peças originais ou outro documento idôneo.**

**5.11. Justificativa da Exigência de Assistência Técnica no Estado de Rondônia**

**5.11.1.** A exigência de disponibilização de assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva no Estado de Rondônia fundamenta-se na necessidade de assegurar a continuidade, eficiência e regularidade dos serviços públicos executados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, não possuindo caráter restritivo ou direcionador, mas sim finalidade operacional e funcional compatível com o objeto da contratação.





**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

**5.11.2.** Os tratores agrícolas objeto da presente contratação serão utilizados de forma contínua nas atividades de manutenção preventiva e corretiva da malha viária rural do Município, especialmente em serviços relacionados à recuperação de estradas vicinais, apoio ao escoamento da produção agrícola e atendimento das demandas operacionais da Secretaria.

**5.11.3.** Considerando a natureza operacional dos equipamentos, eventual indisponibilidade prolongada decorrente da ausência de suporte técnico adequado poderá comprometer diretamente a continuidade dos serviços públicos, ocasionando prejuízos à trafegabilidade rural, ao atendimento das comunidades e às atividades produtivas locais.

**5.11.4. A inexistência de assistência técnica regionalizada poderá ocasionar:**

- a)** elevado tempo de paralisação dos equipamentos;
- b)** aumento significativo dos custos logísticos de deslocamento;
- c)** demora na reposição de peças e realização de reparos;
- d)** prejuízo à eficiência administrativa e à economicidade da contratação;
- e)** risco de comprometimento da execução das atividades vinculadas ao convênio federal.

**5.11.5. A exigência de assistência técnica no Estado de Rondônia busca assegurar:**

- a)** maior agilidade no atendimento técnico;
- b)** redução do tempo de indisponibilidade dos equipamentos;
- c)** suporte operacional adequado durante o período de garantia;
- d)** eficiência na manutenção preventiva e corretiva;
- e)** continuidade dos serviços públicos essenciais desempenhados pela Secretaria.

**5.11.6.** A presente exigência não impõe que o licitante possua sede, filial ou estabelecimento comercial no Município de Ouro Preto do Oeste/RO, tampouco restringe a participação de fabricantes, revendedores ou distribuidores de outras localidades, admitindo-se rede própria, autorizada, credenciada ou contratada, desde que apta a atender às condições mínimas de suporte técnico previstas neste Termo de Referência.

**5.11.7.** A comprovação da assistência técnica será exigida exclusivamente na fase de execução contratual, visando garantir a efetiva disponibilidade do suporte necessário ao adequado funcionamento dos equipamentos, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1. Instrumento de formalização da contratação**

**6.1.1.** Considerando a natureza do objeto, a contratação poderá ser formalizada por meio de instrumento contratual específico ou por nota de empenho, conforme o caso, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, quando atendidos os requisitos legais para sua substituição.





**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

**6.1.2.** Na hipótese de emissão de **nota de empenho** em substituição ao contrato, esta fará as vezes de instrumento contratual, vinculando-se integralmente às condições estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na proposta vencedora, sendo de responsabilidade da Secretaria demandante, toda a etapa de fiscalização

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**7.1. Critérios de Recebimento e Aceitação do Objeto**

**7.1.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo representante do Almoxarifado Municipal, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, com a utilização de assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado.

**7.1.2.** Após o recebimento provisório dos materiais, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será verificada, a conformidade do objeto proposto e entregue com as especificações contidas na Nota de Empenho.

**7.1.3.** Os bens poderão ser rejeitados (no todo ou em parte), inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao objeto encaminhado pela licitante em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito.

**7.1.4.** O recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**7.1.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.1.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**7.1.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato. a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

**7.2. Antecipação de Pagamento**

**7.2.1.** Não será admitida a antecipação de pagamento, na presente contratação.

**7.3. Cessão de Crédito**

**7.3.1.** Não se aplica a cessão de crédito na presente contratação.

**8. LIQUIDAÇÃO**

**8.1. Procedimentos de Liquidação da Despesa**

**8.1.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.



**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

**8.1.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2. Verificação para fins de liquidação**

**8.2.1.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar a regularidade formal e material da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, bem como a correspondência entre o fornecimento realizado, o recebimento definitivo e a medição efetuada.

**8.2.2.** A Nota Fiscal ou documento equivalente deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos essenciais:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.2.3.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**8.3. Condições para a liquidação**

**8.3.1.** A liquidação da despesa ficará condicionada à comprovação do recebimento definitivo do objeto, à conformidade da medição realizada e à regularidade da documentação fiscal apresentada.

**8.3.2.** A liquidação observará, ainda, a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, nos termos da legislação vigente, quando exigível.

**8.4. Disposições complementares**

**8.4.1.** A liquidação da despesa será processada após o recebimento definitivo do objeto, mediante verificação do cumprimento das condições contratuais, da regularidade fiscal da contratada e da apresentação da documentação exigida para pagamento.

**8.4.2.** O procedimento de liquidação não afasta a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais vícios, defeitos ou desconformidades identificadas posteriormente, nos termos da legislação aplicável e deste Termo de Referência.

**9. PAGAMENTO**

**9.1. Prazo para Pagamento**

**9.1.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

**9.1.1.** O pagamento somente será realizado após o cumprimento integral das condições de recebimento definitivo, medição e liquidação previstas nas seções anteriores.

**9.2. Atualização monetária por atraso de pagamento**



**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

**9.2.1.** Em caso de atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente, entre o termo final do prazo previsto para pagamento e a data de sua efetiva realização.

**9.2.2.** A atualização monetária será calculada mediante aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, ou outro índice que venha a substituí-lo oficialmente.

**9.2.3.** Não será devida atualização monetária quando o atraso decorrer de fato imputável exclusivamente à Contratada.

**9.3. Forma de pagamento**

**9.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicada pela Contratada, em instituição financeira por ela informada.

**9.3.2.** Considerar-se-á como data do pagamento aquela em que constar a emissão da ordem bancária pela Administração.

**9.4. Retenções tributárias**

**9.4.1.** Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, independentemente do percentual eventualmente indicado na proposta ou na planilha de custos.

**9.4.2.** Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente os tributos que eventualmente incidam sobre o objeto contratado, conforme a legislação aplicável.

**9.4.3.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenções relativas aos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove formalmente essa condição por meio de documentação hábil e atualizada.

**9.5. Condições para liberação do pagamento**

**9.5.1.** O pagamento ficará condicionado à regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, a ser verificada, preferencialmente, por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou, na impossibilidade de acesso, por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**9.5.2.** A Administração poderá consultar o SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar eventual impedimento de contratar com o Poder Público ou ocorrências impeditivas indiretas, nos termos da legislação aplicável.

**9.5.3.** Constatada a situação de irregularidade da Contratada, esta será notificada por escrito para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente defesa, admitida uma prorrogação por igual período, a critério da Administração.

**9.6. Suspensão, glosa e sustação de pagamento**

**9.6.1.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou do documento de cobrança equivalente, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada promova



**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

as correções necessárias, reiniciando-se o prazo para pagamento após a regularização, sem ônus para a Administração.

**9.6.2.** A Administração poderá sustar o pagamento, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a)** existência de débito da Contratada para com a Administração;
- b)** fornecimento de material em desacordo com as especificações técnicas aceitas;
- c)** pendência de liquidação de obrigações contratuais ou aplicação de penalidades.

**9.6.3.** Persistindo a irregularidade fiscal ou contratual, a Administração poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, observado o devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**9.6.4.** Havendo execução regular do objeto, os pagamentos poderão ser realizados normalmente até a decisão final sobre eventual rescisão, salvo disposição legal em contrário.

**9.7. Disposições finais sobre pagamento**

**9.7.1.** Não será admitido pagamento antecipado, sob qualquer hipótese.

**9.7.2.** Não caberá atualização financeira ou compensação monetária quando o atraso no pagamento decorrer de culpa exclusiva da Contratada.

**9.7.3.** Eventuais valores devidos à Administração poderão ser compensados com créditos da Contratada, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial, quando cabível.

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1. Obrigações gerais de fornecimento**

**10.1.1.** Fornecer os materiais objeto da contratação em estrita conformidade com as especificações técnicas, condições, unidades de fornecimento, marcas (quando indicadas), padrões de qualidade e preços registrados, bem como nas quantidades efetivamente solicitadas pela Administração.

**10.1.2.** Disponibilizar os materiais nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no edital e na respectiva ordem de fornecimento, em perfeitas condições de uso e qualidade, respondendo por eventuais desconformidades.

**10.2. Comunicação e cumprimento de prazos**

**10.2.1.** Comunicar formalmente à Administração, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis que antecederem o vencimento do prazo de fornecimento, a ocorrência de fato superveniente que possa comprometer o cumprimento da obrigação, apresentando justificativa fundamentada, sem prejuízo das responsabilidades cabíveis.

**10.2.2.** A comunicação deverá ser realizada pelos canais oficiais indicados no edital ou pela Administração, não implicando, por si só, aceitação automática de prorrogação de prazo.

**10.3. Responsabilidades e encargos**

**10.3.1.** Assumir integral responsabilidade por todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários, securitários e quaisquer outros decorrentes da execução do objeto, não transferindo à Administração ônus de qualquer natureza.

**10.3.2.** Arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos ou dos custos constantes de sua proposta, inclusive quanto a custos variáveis futuros e incertos, ressalvadas as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

**10.4. Qualidade, conformidade e substituição**



**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

**10.4.1.** Garantir a qualidade e conformidade técnica dos materiais fornecidos, em observância às especificações, normas aplicáveis e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

**10.4.2.** Substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, qualquer material que apresente vícios, defeitos, deterioração prematura ou que não atenda às especificações técnicas exigidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**10.5. Documentação fiscal e regularidade**

**10.5.1.** Apresentar, quando exigido para fins de recebimento, liquidação e pagamento, a documentação fiscal regular, incluindo Nota Fiscal Eletrônica e demais documentos necessários à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente.

**10.5.2.** Manter, durante toda a vigência do contrato/empenho todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, sob pena de aplicação das medidas legais cabíveis.

**10.6. Responsabilidade por danos**

**10.6.1.** Ressarcir integralmente a Administração e/ou terceiros por danos, prejuízos ou perdas decorrentes de ação ou omissão, dolo ou culpa, relacionados à execução das obrigações assumidas.

**10.6.2.** A responsabilidade da Contratada subsistirá independentemente da fiscalização ou acompanhamento exercidos pela Administração.

**10.7. Aceitação de instrumentos e representação**

**10.7.1.** Aceitar e retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, quando convocada, no prazo estabelecido no edital, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação.

**10.7.2.** Indicar formalmente preposto ou representante, com poderes para tratar de assuntos relativos à execução do fornecimento, informando dados de contato atualizados, e assegurar que este mantenha comunicação permanente com a fiscalização e a gestão da contratação.

**10.8. Observância das normas legais e contratuais**

**10.8.1.** Cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, do edital, deste Termo de Referência e do Contrato.

**10.8.2.** Atender prontamente às determinações da Administração relacionadas à execução do objeto, desde que compatíveis com as condições pactuadas e com a legislação aplicável.

**10.8.3.** Encaminhar ao e-mail: [seminfra@ouropretodoeste.ro.gov.br](mailto:seminfra@ouropretodoeste.ro.gov.br) ou [almoxarifado@ouropretodoeste.ro.gov.br](mailto:almoxarifado@ouropretodoeste.ro.gov.br) cópia do DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), juntamente com as Certidões de Regularidade Fiscal, Social, Econômica e Trabalhista.

**11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**11.1. Obrigações gerais da Administração**

**11.1.1.** Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Termo de Referência, o edital, e do contrato.

**11.1.2.** Disponibilizar à Contratada todas as informações necessárias e pertinentes à adequada execução do fornecimento, observadas as condições e os limites estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.

**11.2. Providências administrativas para a execução do fornecimento**

**11.2.1.** Emitir a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, a crédito do fornecedor, correspondente ao objeto efetivamente solicitado, observada a disponibilidade orçamentária.

**11.2.2.** Encaminhar à Contratada a Nota de Empenho ou ordem de fornecimento, com as informações necessárias à execução do fornecimento.

**11.3. Recebimento, fiscalização e acompanhamento**





**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

**11.3.1.** Conferir os materiais fornecidos e os documentos fiscais apresentados, verificando sua conformidade com a Nota de Empenho, a ordem de fornecimento, as especificações técnicas e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**11.3.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento, por meio de servidor(es) ou comissão designada, podendo sustar, recusar ou rejeitar, no todo ou em parte, materiais que não atendam às condições e exigências estabelecidas.

**11.3.3.** Registrar formalmente as ocorrências verificadas durante a execução do fornecimento e adotar as providências cabíveis para sua regularização.

**11.4. Comunicação e aplicação de medidas administrativas**

**11.4.1.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos constatados no curso da execução das obrigações assumidas, fixando prazo para saneamento, quando cabível.

**11.4.2.** Aplicar à Contratada as sanções administrativas previstas na legislação, no edital e nos instrumentos contratuais, nos casos de inexecução total ou parcial das obrigações, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

**11.5. Pagamento**

**11.5.1.** Efetuar o pagamento das Notas Fiscais devidamente atestadas, no prazo, forma e condições previstos neste Termo de Referência, no edital, e na legislação aplicável, após a regular liquidação da despesa.

**11.6. Limitação de responsabilidade da Administração**

**11.6.1.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do fornecimento, nem por danos causados a terceiros decorrentes de ato, omissão, culpa ou dolo da Contratada, de seus empregados, prepostos ou representantes.

**11.7. Observância da legislação e dos princípios administrativos**

**11.7.1.** A Contratante atuará em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade e interesse público, que regem as contratações administrativas.

**11.7.2.** Disponibilizar e dar ampla publicidade ao sistema **Fala.BR** (<https://falabr.cgu.gov.br/v2/>) como canal oficial de comunicação e participação social, destinado ao recebimento de manifestações dos cidadãos relacionadas à execução contratual, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações, denúncias e demais manifestações de ouvidoria.

**12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS**

**12.1. Forma de seleção do fornecedor**

**12.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

**12.1.2.** O certame observará as fases, regras e instrumentos próprios do Pregão Eletrônico, assegurados os princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo, transparência e eficiência.

**12.2. Critério de julgamento das propostas**

**12.2.1.** O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos definidos no edital, desde que atendidas integralmente as exigências técnicas, operacionais e formais estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

**12.2.2.** No caso de critério de menor preço GLOBAL, considera-se preço global aquele resultante da soma dos valores correspondentes aos itens que compõem o objeto, conforme a estrutura de preços definida no instrumento convocatório.





**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

**12.3. Composição e apresentação da proposta**

**12.3.1.** A proposta deverá conter a descrição clara e precisa dos produtos ofertados, com indicação das marcas/modelos (no caso de material) e demais características técnicas necessárias à verificação de sua conformidade com o objeto licitado.

**12.3.2.** A proposta de preços deverá discriminar, conforme exigido no edital:

- a) os preços unitários, por unidade de fornecimento;
- b) os valores totais, resultantes da multiplicação dos quantitativos estimados pelos respectivos preços unitários;
- c) o valor global da proposta, correspondente à soma dos valores totais dos itens.

**12.3.3.** Os preços apresentados deverão ser compatíveis com as especificações técnicas, com as condições de fornecimento previstas neste Termo de Referência e com os valores praticados no mercado, observada a exequibilidade da proposta.

**12.4. Aceitabilidade das propostas**

**12.4.1.** Serão consideradas aceitáveis as propostas que:

- a) atendam integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos;
- b) apresentem preços compatíveis com o mercado e com a estimativa elaborada pela Administração;
- c) sejam exequíveis e compatíveis com as condições de fornecimento e execução previstas.

**12.4.2.** A análise de aceitabilidade das propostas observará critérios objetivos, previamente definidos no edital, vedado o julgamento subjetivo ou discricionário.

**12.5. Hipóteses de desclassificação**

**12.5.1.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atendam às exigências técnicas, formais ou operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios ou defeitos que dificultem ou impeçam o julgamento objetivo;
- c) não atendam às características mínimas do objeto descritas neste Termo de Referência;
- d) apresentem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os valores praticados no mercado, conforme critérios definidos no edital.

**12.6. Disposições complementares**

**12.6.1.** A Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, nos termos da legislação aplicável.

**12.6.2.** O julgamento das propostas observará estritamente os critérios definidos no edital e neste Termo de Referência, assegurando igualdade de condições entre os licitantes.

**13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

**13.1. Disposições gerais**

**13.1.1.** A habilitação é a fase da licitação destinada à verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica do licitante para executar o objeto da contratação, nos termos dos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021.

**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

**13.1.2.** As exigências de habilitação foram definidas de forma proporcional, objetiva e estritamente necessária, em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, julgamento objetivo e vinculação ao objeto, vedada a imposição de requisitos que restrinjam indevidamente a participação de potenciais fornecedores.

**13.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**13.2.1.** Para fins de habilitação jurídica, será exigida a apresentação de documentação compatível com a natureza jurídica do licitante, conforme o caso:

- a) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja autenticidade poderá ser verificada em sítio eletrônico oficial;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de eleição de seus administradores, quando aplicável;
- d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização para funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência ou sucursal;
- e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório da indicação de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde se encontra sediada a matriz;
- g) Sociedade cooperativa, quando admitida:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que os aprovou, devidamente registrados, além do comprovante de registro exigido pela legislação específica.
- h) Documento pessoal do Proprietário, Sócio Administrador ou Procurador da Empresa** (nesse caso acompanhado da Procuração vigente), com a respectiva assinatura na proposta e declarações.

**13.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**13.3.1.** Para fins de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

- a) COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CNPJ,** com indicação de atividade econômica compatível com o objeto da licitação;
- b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA FEDERAL,** abrangendo tributos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- c) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA ESTADUAL,** admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- d) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A FAZENDA MUNICIPAL,** admitida certidão positiva com efeitos de negativa;



## ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026

- e) **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS**, admitida certidão positiva com efeitos de negativa;
- f) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**, nos termos da Lei nº 12.440/2011, admitida certidão positiva com efeitos de negativa.

**13.3.2.** Caso o licitante seja legalmente isento de determinado tributo relacionado ao objeto da contratação, deverá comprovar tal condição por meio de declaração emitida pela Fazenda competente ou documento equivalente, na forma da lei.

### **13.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**13.4.1.** A qualificação econômico-financeira visa demonstrar a capacidade do licitante de assumir e cumprir as obrigações decorrentes da contratação, sendo exigidos, para esse fim:

a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede do licitante, observando-se o prazo de validade nela indicado ou, na ausência deste, o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de emissão;

a.1 Será admitida a participação de licitantes com processamento de recuperação judicial deferido, desde que comprovem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômico-financeira para execução do contrato;

a.2 Para esse fim, será aceita decisão de deferimento do processamento (e, se houver, decisão de homologação do plano), além dos demais documentos de qualificação econômico-financeira previstos no edital.

a.3 A Administração poderá realizar diligências para esclarecimentos e validação dos documentos apresentados, vedada a inabilitação por mero formalismo quando demonstrada, por meios objetivos, a capacidade de execução contratual.

b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, em consonância com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, comprovando:

b.1 **Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG)** superiores a 1 (um), calculados a partir do balanço patrimonial apresentado, conforme as seguintes fórmulas:

|  |
|--|
| <b>LG (Liquidez Geral)</b>   |
| <b><math>LG = (Ativo\ Circ. + Realizável\ em\ Longo\ Prazo) \div (Passivo\ Circulante + Exigível\ em\ Longo\ Prazo)</math></b> |
| <b>SG (Solvência Geral)</b>  |
| <b><math>SG = (Ativo\ Total) \div (Passivo\ Circulante + Exigível\ em\ Longo\ Prazo)</math></b>                                |
| <b>LC (Liquidez Corrente)</b>  |
| <b><math>LC = (Ativo\ Circulante) \div (Passivo\ Circulante)</math></b>  |

**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

I- A licitante que obtiver qualquer **índice inferior a 1 (um) será inabilitada**, salvo se demonstrar, por documentos oficiais, erro material do demonstrativo contábil ou outra justificativa contábil aceita pela Administração.

II- A análise da qualificação econômico-financeira será realizada pelo contador do município, com base nos índices obtidos a partir das demonstrações contábeis do último exercício social apresentado, por refletirem de forma mais atual a situação econômico-financeira da empresa.

III- As fórmulas supramencionadas deverão estar aplicadas em memorial de cálculo, juntado ao balanço patrimonial, devidamente assinado por contador habilitado.

**b.2. Capital mínimo** (licitantes constituídas a menos de um ano) ou **patrimônio líquido mínimo** (licitantes constituídas a mais de um ano) de 10% do valor total estimado da contratação.

**13.4.2.** A exigência de apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos dois últimos exercícios sociais encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer documentos aptos à verificação da qualificação econômico-financeira dos licitantes, estando devidamente justificada no caso concreto.

**13.4.3.** A análise comparativa de demonstrações contábeis de exercícios distintos permite avaliar não apenas a situação financeira momentânea da empresa, mas também sua consistência operacional ao longo do tempo, possibilitando a identificação de oscilações relevantes, deterioração financeira ou riscos de descontinuidade na execução contratual.

**13.4.4.** A exigência adotada não extrapola os limites legais, tampouco configura restrição indevida à competitividade, representando medida proporcional, adequada e necessária à mitigação de riscos contratuais, em observância aos princípios da razoabilidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

**13.5. Justificativa para a exigência de Índices Econômico-Financeiros:**

**13.5.1.** A exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira das licitantes, mediante a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis, bem como a apuração de índices financeiros, encontra fundamento no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer elementos aptos a demonstrar a capacidade do licitante de cumprir as obrigações decorrentes da contratação.

**13.5.2.** No presente caso, a exigência de demonstrações contábeis referentes a mais de um exercício social justifica-se em razão das características da contratação, notadamente:

I – Natureza do objeto, consistente na aquisição de 02 (dois) tratores agrícolas destinados ao atendimento das demandas do Município;

II – Contratação custeada com recursos oriundos de convênio, exigindo maior rigor quanto à segurança da execução contratual e à capacidade financeira da contratada;

III – Valor expressivo da contratação;

IV – Necessidade de assegurar que a empresa possua capacidade econômico-financeira compatível com o fornecimento dos equipamentos, garantindo a entrega regular e tempestiva dos bens;

V – Necessidade de mitigação de riscos relacionados ao inadimplemento contratual, atraso na entrega ou incapacidade operacional da futura contratada.

**13.5.3.** A análise de demonstrações contábeis referentes a mais de um exercício social permite à Administração avaliar não apenas a situação econômico-financeira momentânea da empresa, mas também sua estabilidade e consistência ao longo do tempo, possibilitando a identificação de:

I – Variações relevantes na capacidade de liquidez e solvência da licitante;

II – Eventual deterioração da situação econômico-financeira da empresa;

**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

III – Riscos de descontinuidade das atividades empresariais;

IV – Inconsistências contábeis que possam comprometer a adequada execução contratual;

V – Capacidade da empresa em suportar obrigações financeiras compatíveis com o porte e a relevância da contratação pública.

**13.5.4.** A exigência dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) tem por finalidade avaliar a capacidade do licitante de honrar suas obrigações de curto e longo prazo, sendo compatível com a natureza do objeto e amplamente adotada nas contratações públicas.

**13.5.5.** Os parâmetros adotados foram definidos em patamar mínimo e proporcional, limitando-se ao necessário para mitigar riscos de inexecução contratual, sem impor restrições indevidas à competitividade, em conformidade com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa.

**13.5.6.** A Administração poderá realizar diligências e admitir justificativas técnicas e contábeis, de modo a evitar inabilitações automáticas, permitindo a avaliação individualizada da capacidade econômico-financeira das licitantes, conforme o caso concreto.

**13.5.7.** Dessa forma, a exigência de demonstrações contábeis e índices econômico-financeiros mostra-se tecnicamente justificada, adequada e necessária à garantia da execução contratual, não configurando restrição indevida à competitividade.

**13.5.8.** A eventual exigência de patrimônio líquido mínimo, limitada a até 10% do valor estimado da contratação, fundamenta-se na necessidade de assegurar que o licitante possua capacidade econômico-financeira compatível com as obrigações assumidas.

**13.5.9.** Tal exigência visa mitigar riscos de inadimplemento, descontinuidade no fornecimento e prejuízos à Administração, estando alinhada às boas práticas de gestão pública e às disposições da Lei nº 14.133/2021.

**13.6. Regras para regimes tributários**

**13.6.1.** Empresas do Simples Nacional deverão apresentar demonstrações contábeis conforme legislação aplicável.

**13.6.2.** Empresas dos regimes de lucro presumido ou real deverão apresentar demonstrações conforme suas obrigações fiscais.

**13.6.3.** As demonstrações contábeis deverão estar assinadas por contador habilitado.

**13.6.4.** Empresas constituídas no exercício corrente poderão apresentar balanço de abertura.

**13.6.5.** Empresas com menos de 2 (dois) anos apresentarão documentos do período disponível.

**13.6.6.** A exigência observará as regras da Escrituração Contábil Digital – ECD.

**13.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**13.7.1.** A qualificação técnica tem por finalidade comprovar que o licitante possui aptidão para fornecer bens compatíveis com o objeto desta contratação, consistente na aquisição de 02 (dois) tratores agrícolas.

**13.7.2.** Considerando tratar-se de aquisição de bens comuns, com especificações objetivamente definidas no Termo de Referência, não será exigida comprovação de capacidade técnico-operacional mediante apresentação de atestados de desempenho anterior, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**13.7.3.** Todavia, com o objetivo de possibilitar a adequada análise técnica dos equipamentos ofertados, **o licitante deverá apresentar catálogo, prospecto, ficha técnica, manual, folders, vídeos, fotografias ou outros documentos oficiais do fabricante que contenham informações detalhadas das especificações técnicas do produto ofertado.**

**13.7.4.** Os documentos apresentados deverão permitir a verificação da compatibilidade dos equipamentos com as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência, possibilitando a análise e avaliação pela comissão de recebimento, equipe técnica ou secretaria requisitante.





**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

**13.7.5.** A ausência de informações suficientes que impossibilitem a identificação das características técnicas do equipamento poderá ensejar a desclassificação da proposta, caso não seja possível comprovar o atendimento integral das especificações exigidas.

#### **14. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS**

##### **14.1. Condições gerais de participação**

**14.1.1** Poderão participar do presente certame todas as empresas legalmente constituídas, nacionais ou estrangeiras que funcionem no País, pertencentes ao ramo de atividade compatível com o objeto deste Termo de Referência, que atendam às condições estabelecidas no edital, em seus anexos e na legislação aplicável.

**14.1.1.1.** A participação no certame pressupõe o pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.

**14.1.2.** O descumprimento dos prazos, condições e exigências estabelecidos no edital e em seus anexos poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante, conforme a fase do procedimento licitatório.

**14.1.3.** As exigências relativas à habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e técnica observarão, estritamente, o disposto nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, conforme disciplinado na Seção específica deste Termo de Referência.

##### **14.2. Tratamento diferenciado às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais**

**14.2.1.** Será assegurado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e da legislação municipal aplicável.

**14.2.2.** Nos casos cabíveis, será assegurada prioridade de contratação às ME, EPP e/ou MEI localizadas no Município de Ouro Preto do Oeste/RO ou em municípios da região, até o limite de 10% (dez por cento) acima do melhor preço válido, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 147/2014, combinado com o Decreto Municipal nº 18.573, de 14 de abril de 2025, e com o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**14.2.3.** A aplicação do tratamento diferenciado observará, em qualquer hipótese, os princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, não implicando restrição indevida à participação de licitantes não enquadrados como ME, EPP ou MEI.

##### **14.3. Vedações à participação**

**14.3.1.** Não poderão participar do presente certame as empresas que se enquadrem em qualquer das seguintes hipóteses:

- a) suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração Pública, quando a penalidade tiver sido aplicada pelo órgão ou entidade licitante;
- b) impedidas de licitar ou contratar, ou atingidas por outra vedação legal constante do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU, ou de outros cadastros oficiais aplicáveis;
- c) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) constituídas com o mesmo objeto social e das quais participem sócios ou administradores de empresas declaradas inidôneas, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/1992, quando configurada a tentativa de burla à sanção;
- e) que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;





**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

- f) que se encontrem em processo de falência, dissolução ou liquidação, salvo nas hipóteses legalmente admitidas;
- g) que estejam reunidas em consórcio, uma vez que o objeto se caracteriza como fornecimento de bens comuns, sem elevada complexidade técnica ou vulto relevante, sendo plenamente exequível por empresas isoladamente, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União;
- h) estrangeiras que não funcionem no País;
- i) que não possuam sede ou operação regular compatível com o objeto da contratação.

**14.4. Vedações relacionadas a conflito de interesses e nepotismo**

**14.4.1.** É vedada a participação, direta ou indireta, de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que seja familiar de:

- a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou pela contratação;
- b) autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

**14.4.2.** Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos da Constituição Federal, da Súmula Vinculante nº 13 do STF e da legislação correlata.

**14.4.3.** Nos termos do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução do objeto contratado, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do órgão contratante.

**15. PENALIDADES**

**15.1. Infrações administrativas**

**15.1.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:**

- a) der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração Pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação, sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato ou instrumento equivalente;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**15.2. Sanções administrativas aplicáveis**

**15.2.1.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas descritas no item 15.1, observada a gravidade da conduta, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 15.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 15.1, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do mesmo item, quando justificarem a imposição de penalidade mais grave;
- d) multa moratória, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada ao percentual máximo de 15% (quinze por cento) do valor da parcela inadimplida;
- e) multa compensatória, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, no caso de inexecução total do objeto, ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

**15.3. Critérios para aplicação das sanções**

**15.3.1.** Na aplicação das sanções administrativas serão considerados, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**15.3.2.** A sanção de advertência será aplicada, em regra, para infrações de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**15.3.3.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar será precedida de análise jurídica e será de competência da autoridade máxima do Município, nos termos da legislação aplicável.

**15.4. Cumulação e execução das sanções**

**15.4.1.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 15.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções de multa previstas nas alíneas “d” e “e” do mesmo item, quando cabível.

**15.4.2.** O valor das multas aplicadas poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao contratado ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**15.4.3.** Se o valor das multas e das indenizações cabíveis for superior ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração, a diferença poderá ser descontada da garantia contratual prestada, quando houver, ou cobrada judicialmente.

**15.5. Processo administrativo sancionador**

**15.5.1.** Na aplicação das sanções será assegurado ao interessado o contraditório e a ampla defesa, observados os prazos e procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

**15.5.2.** A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar dependerá da instauração de processo administrativo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do art. 158 e seus parágrafos da Lei nº 14.133/2021.

**15.5.3.** A aplicação das sanções previstas nesta seção não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**16. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**16.1. Valor estimado da contratação**

**16.1.1.** O valor total estimado da contratação é de **R\$ 433.600,00 (quatrocentos e trinta e três mil e seiscentos reais)**, correspondente ao somatório dos valores estimados dos itens que compõem o objeto, conforme tabela de estimativa constante neste Termo de Referência.

**16.1.2.** O valor estimado possui caráter meramente referencial, destinando-se ao planejamento da contratação, à definição do procedimento licitatório e à análise da vantajosidade das propostas.



**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

**16.2. Metodologia de formação da estimativa**

**16.2.1.** A estimativa do valor da contratação foi apurada com base em pesquisa de preços de mercado realizada pelo setor competente, de forma a assegurar análise ampla e criteriosa dos valores praticados, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à Administração Pública.

**16.2.2.** Para a composição da estimativa, poderão ser considerados, entre outros parâmetros admissíveis:

- a) painel para consulta de preços ou banco de preços disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;
- b) contratações similares realizadas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização correspondente;
- c) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, tabelas de referência formalmente aprovadas pelo Poder Executivo federal e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
- d) pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que os orçamentos não tenham sido obtidos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
- e) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, quando disponível.

**16.2.3.** O setor responsável pela pesquisa de preços deverá promover a consolidação dos dados obtidos em mapa comparativo de preços, devidamente juntado aos autos do processo administrativo.

**16.2.4.** A metodologia adotada deverá buscar, sempre que possível, mitigar distorções pontuais de preços, identificar valores compatíveis com os praticados no mercado e assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observados os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

**17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**17.1.** Conforme o disposto no art. 18, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, a indicação da dotação orçamentária, para cobrir as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Secretaria demandante.

**17.2.** As despesas serão suportadas pelas seguintes classificações orçamentárias, sem prejuízo de outras que venham a ser utilizadas, conforme necessidade e disponibilidade

|                          |  |
|--------------------------|--|
| <b>ÓRGÃO</b>             | Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura -SEMINFRA                 |
| <b>PROGRAMA</b>          | 20.606.0023.3080.0000  |
| <b>ELEM. DE DESPESAS</b> | 4.4.90.52.00 – Despesas de Capital   |
| <b>FONTE DE RECURSOS</b> | 1.700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União |
| <b>FICHA Nº</b>          | <b>506</b>   |

**18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**18.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados, pela nova pessoa jurídica, todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- c) não haja prejuízo à execução do objeto contratado;
- d) haja anuência expressa da Administração quanto à continuidade do contrato.

**19. INFORMAÇÕES GERAIS**

**19.1. Base legal**



**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

**19.1.1.** O presente Termo de Referência rege-se, principalmente, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos, bem como pelas demais normas regulamentares federais e municipais aplicáveis à matéria.

**19.2. Casos omissos**

**19.2.1.** Os casos omissos e as dúvidas eventualmente surgidas na aplicação deste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, à luz da legislação vigente, dos princípios que regem a Administração Pública e das normas aplicáveis às contratações públicas, sem prejuízo das disposições constantes do edital e do contrato administrativo.

**19.3. Aceitação das condições**

**19.3.1.** A participação no procedimento licitatório implica plena aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência, não podendo ser alegado desconhecimento como fundamento para descumprimento das obrigações assumidas.

**19.4. Adjudicação**

**19.4.1.** A adjudicação do objeto poderá ocorrer em favor de um ou mais fornecedores, conforme a divisão dos itens do certame, desde que as propostas apresentadas estejam em conformidade com as especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, observando-se o critério de julgamento definido no procedimento licitatório.

**19.5. Condutas vedadas e responsabilidades**

**19.5.1.** A recusa injustificada, tácita ou expressa, da licitante vencedora em assinar o contrato, retirar instrumento equivalente ou cumprir as obrigações assumidas sujeitará a infratora às sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, no edital e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais responsabilizações cabíveis.

**19.6. Informações e esclarecimentos**

**19.6.1.** Informações adicionais e esclarecimentos sobre o presente Termo de Referência poderão ser obtidos no horário de expediente administrativo ou por meio dos canais oficiais de comunicação disponibilizados pela Administração Municipal, através do e-mail: [seminfra@ouropretodoeste.ro.gov.br](mailto:seminfra@ouropretodoeste.ro.gov.br)

**20. DO FORO**

**20.1. Solução administrativa prévia**

**20.1.1.** As questões eventualmente omissas ou as controvérsias surgidas na aplicação deste Termo de Referência, do edital e do contrato administrativo deverão ser, preferencialmente, solucionadas na esfera administrativa, à luz da legislação vigente e das normas aplicáveis às contratações públicas.

**20.2. Foro competente**

**20.2.1.** Não sendo possível a solução administrativa das controvérsias, fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, para dirimir quaisquer questões oriundas do procedimento licitatório e das contratações dele decorrentes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**20.3. Encerramento e aprovação**

**20.3.1.** À vista das informações constantes nos autos do processo administrativo correspondente e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, o presente Termo de Referência é aprovado pelo gestor da pasta, autorizando-se a adoção das providências necessárias à deflagração do procedimento licitatório, nos termos da legislação vigente.

Ouro Preto do Oeste/RO, junho de 2026





**ANEXO I- TERMO DE REFERÊNCIA – PROC. ADM. Nº 1030/SEMINFRA/2026**

**Manoel Henrique Santos de Souza**  
Ordenador de Despesas da Seminfra





# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

| Tipo do Documento                              | Identificação/Número                      | Data              |
|--|---|-------------------|
| <b>ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA</b> | <b>ANEXO I TR 1030_2026 - corrigido 2</b> | <b>09/06/2026</b> |

|           |  |   |   |
|-----------|--|---|---|
| ID:       | <b>1619667</b>                         | Processo  | Documento   |
| CRC:      | <b>D4A3150B</b>                        |  |  |
| Processo: | <b>1-1030/2026</b>                     |   |   |
| Usuário:  | <b>Edvaldo Carlos Alves Bedelegate</b> |   |   |
| Criação:  | <b>09/06/2026 11:35:45</b>             | Finalização:  | <b>09/06/2026 11:35:45</b>  |

MD5: **42BDE5E57D1B1B3CBD863C3309CA68E3**

SHA256: **500EFAB760C5CBE1358764B105C41BA5436B6711CD37763E9EFB8AF08F0DE535**

Súmula/Objeto:

**Proc. 1030/2026 - SEMINFRA**

### INTERESSADOS

|          |                     |    |                     |
|----------|---------------------|----|---------------------|
| SEMINFRA | OURO PRETO DO OESTE | RO | 09/06/2026 11:35:45 |
|----------|---------------------|----|---------------------|


### ASSUNTOS

|  |                     |
|--|---------------------|
| MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA RURAL - CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 978747/2025 - TRANSFEREGOV.BR Nº | 09/06/2026 11:35:45 |
|--|---------------------|

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

|                                |            |         |
|--------------------------------|------------|---------|
| Edital de Pregão Eletrônico 41 | 11/06/2026 | 1621994 |
|--------------------------------|------------|---------|

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

|  |                                 |                               |                     |
|--|---------------------------------|-------------------------------|---------------------|
|  | Manoel Henrique Santos de Souza | Assessor Especial da Seminfra | 09/06/2026 14:55:35 |
|--|---------------------------------|-------------------------------|---------------------|

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br) informando o ID 1619667 e o CRC D4A3150B.





**ANEXO II – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (MODELO UNIFICADO)**

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

I – Não há fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente, nem aplicação de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências supervenientes;

II – Declaramos, quando couber, que a empresa está enquadrada na condição de Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III – Quando aplicável, declaramos que, no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não ultrapassam o limite de receita bruta permitido para fins de enquadramento como ME ou EPP, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

IV – Temos pleno conhecimento e aceitamos integralmente as regras e condições gerais da contratação estabelecidas no Edital e na legislação vigente;

V – Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VI – Cumprimos o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, no que se refere à regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VII – A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento de todos os direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, na legislação trabalhista, em normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

VIII – Cumprimos todos os requisitos de habilitação exigidos e declaramos que as informações prestadas são verdadeiras, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

IX – Assumimos inteira responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema eletrônico utilizado para a realização deste certame;

X – Não possuímos, em nossa cadeia produtiva, empregados em regime de trabalho degradante ou forçado, observando os dispositivos constitucionais dos incisos III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

XI – Não empregamos menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

XII – Não possuímos vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão da contratação, nem com seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

XIII – Que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente, não tendo sido, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informada, discutida ou combinada com qualquer outro participante potencial ou de fato deste certame, por qualquer meio ou pessoa;

XIV – Declaramos estar cientes, conhecer e entender os termos das Leis Anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) e demais normas aplicáveis, comprometendo-nos a abster-nos de qualquer prática que configure





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**ANEXO II – DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS (MODELO UNIFICADO)**

violação de tais dispositivos, por nós, nossos administradores, diretores, funcionários, agentes ou sócios que venham a agir em nosso nome.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Rep. Legal da Empresa)

**NOTA EXPLICATIVA**

*Para fins de cumprimento das exigências legais relativas ao enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), fica estabelecido que os trechos específicos das declarações unificadas constantes do sistema Licitanet, que tratam do enquadramento e das condições fiscais previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, serão considerados válidos e eficazes exclusivamente para os licitantes que, no momento do envio da proposta, realizarem o cadastramento no campo próprio do sistema informando o seu enquadramento nessa condição.*

*Para os licitantes que não se enquadrarem como MEI, ME ou EPP, ou que não declararem tal condição nos campos específicos do Licitanet, tais trechos da declaração unificada padrão serão automaticamente desconsiderados, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos.*

*Essa medida assegura que apenas empresas efetivamente enquadradas no regime diferenciado gozarão dos benefícios e responderão pelas declarações correspondentes, conforme determina a legislação vigente, evitando declarações inexatas ou incompatíveis com a realidade jurídica do licitante.*





# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

| Tipo do Documento                                | Identificação/Número                   | Data              |
|--|--|-------------------|
| <b>ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO</b> | <b>ANEXO II -MODELO DEC. UNIFICADA</b> | <b>09/06/2026</b> |

|           |  |   |   |
|-----------|--|---|---|
| ID:       | <b>1619668</b>                         | Processo  | Documento   |
| CRC:      | <b>A40A7708</b>                        |  |  |
| Processo: | <b>1-1030/2026</b>                     |   |   |
| Usuário:  | <b>Edvaldo Carlos Alves Bedelegate</b> |   |   |
| Criação:  | <b>09/06/2026 11:35:45</b>             | Finalização:  | <b>09/06/2026 11:35:45</b>  |

MD5: **E58C4A9B4B3DBA27361F7D34CD876724**

SHA256: **B6478FEFAC2CD31CFAB4B439BA8A26AF1CA1116C0E2EF44930FC66F21A488328**

Súmula/Objeto:

**Proc. 1030/2026 - SEMINFRA**

### INTERESSADOS

|          |                     |    |                     |
|----------|---------------------|----|---------------------|
| SEMINFRA | OURO PRETO DO OESTE | RO | 09/06/2026 11:35:45 |
|----------|---------------------|----|---------------------|


### ASSUNTOS

|  |                     |
|--|---------------------|
| MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA RURAL - CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 978747/2025 - TRANSFEREGOV.BR Nº | 09/06/2026 11:35:45 |
|--|---------------------|

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

|                                |            |         |
|--------------------------------|------------|---------|
| Edital de Pregão Eletrônico 41 | 11/06/2026 | 1621994 |
|--------------------------------|------------|---------|

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

|  |                                 |                               |                     |
|--|---------------------------------|-------------------------------|---------------------|
|  | Manoel Henrique Santos de Souza | Assessor Especial da Seminfra | 09/06/2026 14:55:35 |
|--|---------------------------------|-------------------------------|---------------------|

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br) informando o ID 1619668 e o CRC A40A7708.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL**

**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**NOME DA EMPRESA**

**CNPJ**

**CARTA-PROPOSTA DE FORNECIMENTO**

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados:

| ÍTEM            | DESCRIÇÃO | MARCA | MODELO | QUANT. | VALOR UN | TOTAL R\$ |
|-----------------|-----------|-------|--------|--------|----------|-----------|
|                 |           |       |        |        |          |           |
| VALOR TOTAL R\$ |           |       |        |        |          |           |

1. Declaramos que esta proposta foi elaborada em conformidade com o edital, o Termo de Referência e demais documentos que compõem o processo licitatório, dos quais temos pleno conhecimento e aceitação.
2. Declaramos que os preços propostos incluem todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, transporte, seguros e quaisquer outras despesas incidentes.
3. Comprometemo-nos a cumprir integralmente as condições, prazos e especificações estabelecidas no edital e no Termo de Referência.
4. Declaramos que os **preços ofertados são exequíveis e compatíveis com os custos de mercado**, assumindo total responsabilidade por sua execução.
5. O prazo de validade da proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

**DADOS DA EMPRESA:**

**Razão Social:**

**CNPJ:**

**Endereço:**

**Telefone:**

**E-mail:**

**DADOS BANCÁRIOS:**

**Banco:**

**Agência:**

**Conta:**

**Chave PIX:**

**REPRESENTANTE LEGAL:**

**Nome:**

**CPF:**

**Cargo:**

**LOCAL E DATA**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Rep. Legal da Empresa)





# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

| Tipo do Documento                               | Identificação/Número               | Data              |
|---|------------------------------------|-------------------|
| <b>ANEXO III DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA</b> | <b>ANEXO III - MODELO PROPOSTA</b> | <b>09/06/2026</b> |

|           |  |   |   |
|-----------|--|---|---|
| ID:       | <b>1619669</b>                         | Processo  | Documento   |
| CRC:      | <b>27946720</b>                        |  |  |
| Processo: | <b>1-1030/2026</b>                     |   |   |
| Usuário:  | <b>Edvaldo Carlos Alves Bedelegate</b> |   |   |
| Criação:  | <b>09/06/2026 11:35:45</b>             | Finalização:  | <b>09/06/2026 11:35:46</b>  |

MD5: **76910C480E64D7E2C0C70154FC1F5524**

SHA256: **06C702258158E24865A3278B6846F5A3B5E97772E790453556829CE5BCAFC146**

Súmula/Objeto:

**Proc. 1030/2026 - SEMINFRA**

### INTERESSADOS

|          |                     |    |                     |
|----------|---------------------|----|---------------------|
| SEMINFRA | OURO PRETO DO OESTE | RO | 09/06/2026 11:35:45 |
|----------|---------------------|----|---------------------|


### ASSUNTOS

|  |                     |
|--|---------------------|
| MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA RURAL - CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 978747/2025 - TRANSFEREGOV.BR Nº | 09/06/2026 11:35:45 |
|--|---------------------|

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

|                                |            |         |
|--------------------------------|------------|---------|
| Edital de Pregão Eletrônico 41 | 11/06/2026 | 1621994 |
|--------------------------------|------------|---------|

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

|  |                                 |                               |                     |
|--|---------------------------------|-------------------------------|---------------------|
|  | Manoel Henrique Santos de Souza | Assessor Especial da Seminfra | 09/06/2026 14:55:35 |
|--|---------------------------------|-------------------------------|---------------------|

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br) informando o ID 1619669 e o CRC 27946720.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**PROCURADORIA JURÍDICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO Nº ...../....., DE **AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS, QUE FAZER ENTRE SI O MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA – SEMINFRA**, com sede na Av Daniel Comboni - N 1156, na cidade de Ouro Preto do Oeste, no Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob o nº 04.380.507/0001-79, neste ato representada pela Assessora Especial da SEMINFRA, Sra. **Fabio Aparecido Ferreira da Silva**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a EMPRESA ....., com sede na ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representada por ....., doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento no Processo nº 1030/2026, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas municipais aplicáveis, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ... mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente contrato é a **AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA, NOVO, ZERO HORAS DE USO**, a serem fornecidas nas condições estabelecidas no termo de referência e nos anexos deste contrato

**1.2.** Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | Cód. Item | UNI D. | QUAN T. | VALOR UNIT. | VALOR TOTAL |
|------|---|-----------|--------|---------|-------------|-------------|
| 01   | <b>Trator Agrícola De Pneus</b> , novo, zero hora de uso, Ano/Mod. 2026, Equivalente Técnico, De Melhor Qualidade E Superior, Com Especific. Min: Plataforma C/Toldo De Proteção Ao Operador Rops; Tração 4x4, Motor De 04 Cilindros, Movido A Óleo Diesel, Pot. Mín. De 90cv, Turbo Intercooler Ou Aftercooler, Transm. Sincronizada C/12 Marchas A Frente E 12 A Ré C/Reversor Frente Ré. Sist. Hidráulico C/ Cap. De Levante De Mín. De 2.200 Kgf A 610 Mm Do Olhal; Tomada De Potência Independente Mín. De 540 Rpm; Controle Remoto Independente Com 02 Válvulas, Direção Hidrostática, Freios A Disco Úmidos De Acionamento Hidráulico, Pneus Dianteiros 12.4. 24 E Traseiro 18.4.30r1, Tanque De Combustível C/ Cap Mín. De 60 L, Instrumentação: Luz De Alerta E Pressão Do |           | und    | 02      |             |             |







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**PROCURADORIA JURÍDICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

|  |  |  |  |  |            |
|--|--|--|--|--|------------|
| Óleo Do Motor; Medidores: Água, Combustível, Tacômetro C/Horímetro; Sist. De Segurança Da Tdp; Luzes Indicadoras De Direção, Alta E Baixa;<br>Controle De Posição E Reação Do Hidráulico; Direção Hidrostática; Luz De Trabalho Traseira;<br><b>Garantia Mín. De 1 Ano</b> Contra Defeito De Fabricação.Assist. Téc. Física Autorizada Do Fornecedor/Fabricante No Estado De Ro E Manuais De Garantia Em Português |  |  |  |  |            |
| <b>TOTAL GERAL R\$</b>   |  |  |  |  | <b>R\$</b> |

**1.3.** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.3.1.** O Termo de Referência que embasou a contratação;

**1.3.2.** O instrumento convocatório, assim considerado o edital de licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

**1.3.3.** A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas; e

**1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**1.4.** Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, **prevalecerá o disposto no Edital e seus anexos.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

**2.1.** O presente contrato terá vigência **de 06 (seis) meses**, contados da data de sua assinatura, prazo suficiente para a entrega do trator agrícola, realização dos procedimentos de recebimento e cumprimento das demais obrigações contratuais.

**2.2.** A vigência poderá ser prorrogada, de forma excepcional, mediante termo aditivo, quando devidamente justificado pela Administração e aceito pelo contratado, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

---

**CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**3.1.** A execução do contrato deverá ser realizada fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas e a Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada uma pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**3.2.** Comunicações: serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagens eletrônicas.

**3.3.** Reunião Inicial: Após a assinatura, a Contratante poderá convocar o representante da Contratada para apresentação do plano de fiscalização, contendo as obrigações, mecanismos de acompanhamento, métodos de aferição e sanções aplicáveis.

**3.4. Fiscalização:** será exercida por fiscais designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021:

**I - Fiscalização Técnica:** acompanhará a entrega, registrará ocorrências, notificará irregularidades e informará ao gestor sobre fatos que ultrapassem sua competência.

**II - Fiscalização Administrativa:** verificará a manutenção das condições de habilitação, empenho, pagamentos, garantia e aditivos, reportando ao gestor irregularidades que extrapolam sua competência.

**III - Gestão do Contrato:** coordenará os registros dos fiscais, elaborar relatórios, monitorar condições de habilitação para empenho e pagamento, emitirá avaliação de desempenho e providenciará processos de responsabilização e sanções, além de relatório final.

**CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** É vedada a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

**5.1.** O preço total da aquisição será o resultado do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de **menor preço**.

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, taxa de administração, frete, seguro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do contrato.





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

---

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

**6.1. Recebimento do Objeto:**

**6.1.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega pelo Almoxarifado Central da Prefeitura, para posterior verificação de conformidade com as especificações.

**6.1.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, se em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, às custas da Contratada.

**6.1.3.** O recebimento definitivo poderá ser prorrogado justificadamente, se houver necessidade de diligências para aferição das exigências contratuais.

**6.1.4.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**6.2. Liquidação da Despesa:**

**6.2.1.** Após o recebimento da Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, a liquidação ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis por igual período.

**6.2.2.** Para fins de liquidação, será verificada a conformidade da Nota Fiscal com os elementos essenciais do documento. Erros na Nota Fiscal suspenderão a liquidação até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

**6.2.3.** A Nota Fiscal deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta ao SICAF ou outros meios equivalentes. Em caso de irregularidade, a Contratada será notificada para regularizar sua situação em 5 (cinco) dias úteis, sob pena de comunicação aos órgãos de fiscalização e possível rescisão contratual.

**6.2.4.** Os pagamentos serão realizados pela execução efetiva do objeto, mesmo que se decida pela rescisão, caso a Contratada não regularize sua situação fiscal.

**6.3. Emissão de Nota Fiscal**





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**PROCURADORIA JURÍDICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

---

A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste Contrato, no Termo de Referência, no art. 140, II, “b”, da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 20 e 22, XXIII, do Decreto nº 16.975/2023.

**6.4. Verificação no SICAF**

**6.4.1.** Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

- I – a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
- II – se o Contratado foi penalizado com sanções de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público;
- III – eventuais ocorrências impeditivas indiretas.

**6.4.2.** Constatada a irregularidade, o Contratado será notificado, por escrito, para regularizar a situação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, a critério da Administração.

**6.4.3.** Não havendo regularização ou sendo a defesa improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos competentes quanto à inadimplência, bem como adotar medidas para a rescisão do contrato, assegurada a ampla defesa.

**6.4.4.** Persistindo a irregularidade, mas havendo execução efetiva do objeto, os pagamentos referentes às entregas realizadas serão mantidos até a decisão final sobre a rescisão.

**6.5. Prazo e Forma de Pagamento:**

**6.5.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

**6.5.2.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a devida correção, sem ônus ao Contratante.

**6.5.3.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente indicada pela Contratada.

**6.5.4.** Considerar-se-á como data do pagamento o dia em que constar a emissão da ordem bancária.

**6.5.5.** Serão efetuadas as retenções tributárias previstas em lei. O Contratado optante pelo Simples Nacional deverá comprovar sua condição para usufruir do tratamento favorecido da Lei Complementar nº 123/2006.





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

---

**6.6. Atualização e Penalidades**

**6.6.1.** Pagamentos realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao Contratado, sofrerão atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculados pro rata die.

**6.6.2.** Pagamentos feitos em prazo inferior ao estabelecido no edital poderão ser realizados com desconto de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado pro rata die.

**6.7. Subcontratação (quando admitida)**

**6.7.1.** Os pagamentos aos subcontratados serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, sendo vedada a emissão de empenho direto pela Administração.

**6.7.2.** A subcontratação eventualmente realizada será integralmente custeada pelo Contratado.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

**7.1.** Os preços contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data do orçamento estimado.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1. Obrigações gerais da Administração**

**8.1.1.** Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este Termo de Referência, o edital e o instrumento contratual.

**8.1.2.** Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias e pertinentes à correta execução do objeto, observados os limites e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.

**8.1.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas, promovendo a verificação de sua conformidade com as especificações técnicas exigidas.

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio de servidor designado, nos termos da legislação aplicável.

**8.2. Providências administrativas para a execução do fornecimento**

**8.2.1.** Emitir a Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, a crédito do fornecedor, correspondente ao objeto efetivamente solicitado, observada a disponibilidade orçamentária.

**8.2.2.** Encaminhar à Contratada o Termo de Contrato, a Nota de Empenho, ordem de serviços, com as informações necessárias à execução do fornecimento.

**8.3. Recebimento, fiscalização e acompanhamento**





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

---

**8.3.1.** Receber e fiscalizar o objeto contratado, no prazo e condições estabelecidas, verificando sua conformidade com a Nota de Empenho, a ordem de fornecimento, as especificações técnicas e demais exigências previstas neste Termo de Referência.

**8.3.2.** Acompanhar e fiscalizar a entrega do bem, por meio de servidor(es) ou comissão designada, podendo recusar ou rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que esteja em desacordo com as condições e especificações estabelecidas.

**8.3.3.** Registrar formalmente as ocorrências verificadas durante o recebimento e fiscalização do objeto, adotando as providências cabíveis para sua regularização.

**8.3.4.** Proceder ao recebimento provisório e definitivo do trator agrícola, nos termos da legislação aplicável, após a verificação do atendimento integral às especificações técnicas e condições contratuais.

**8.4. Comunicação e aplicação de medidas administrativas**

**8.4.1.** Notificar a Contratada, por escrito, sobre eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos constatados no curso da execução das obrigações assumidas, fixando prazo para saneamento, quando cabível.

**8.4.2.** Aplicar à Contratada as sanções administrativas previstas na legislação, no edital e nos instrumentos contratuais, nos casos de inexecução total ou parcial das obrigações, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

**8.4.3.** Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.5. Pagamento**

**8.5.1.** Efetuar o pagamento das Notas Fiscais devidamente atestadas, no prazo, forma e condições previstos neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços (quando for o caso) e na legislação aplicável, após a regular liquidação da despesa.

**8.6. Limitação de responsabilidade da Administração**

**8.6.1.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do fornecimento, nem por danos causados a terceiros decorrentes de ato, omissão, culpa ou dolo da Contratada, de seus empregados, prepostos ou representantes.

**8.7. Observância da legislação e dos princípios administrativos**

**8.7.1.** A Contratante atuará em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade e interesse público, que regem







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**PROCURADORIA JURÍDICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

---

as contratações administrativas. É vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**8.8.1 Exigências do convênio**

**8.8.2.** permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo da União, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;dd) apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

**8.8.3** indicar o **sistema Fala.BR como canal de comunicação efetivo**, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento de manifestações dos cidadãos relacionadas ao instrumento, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

A Contratada obriga-se a:

**9.1.** Executar fielmente o objeto deste contrato, assumindo todos os riscos e despesas decorrentes da perfeita execução, observando, ainda, as seguintes obrigações:

**9.1.1.** Entregar o **Trator Agrícola De Pneus**, novo, zero horas de uso, Ano/Mod. 2026, conforme especificações técnicas constantes do edital e deste contrato, acompanhado do manual do usuário em língua portuguesa;

**9.1.2. Entregar o trator no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos**, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Nota de Empenho;

**9.1.3.** Oferecer garantia contratual mínima de 12 (doze) meses, complementar à garantia legal, contada a partir do recebimento definitivo do objeto, abrangendo manutenção corretiva, substituição de peças, ajustes e reparos necessários, sem ônus para a CONTRATANTE;

**9.1.4.** Substituir os bens rejeitados no prazo máximo de 10 (dez) dias, às suas expensas, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

**9.1.5.** Manter a regularidade fiscal, social e trabalhista, inclusive junto ao SICAF, durante toda a execução contratual;

**9.1.6.** Atender às determinações do fiscal ou gestor do contrato, prestar esclarecimentos, corrigir falhas e reparar vícios, defeitos ou incorreções constatadas na execução;





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

---

**9.1.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros;

**9.1.8.** Não subcontratar o objeto deste contrato;

**9.1.9.** Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, comercial, ambiental, de segurança, higiene, disciplina e proteção de dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), sem transferência de responsabilidade à CONTRATANTE;

**9.1.10.** Observar, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação apresentadas na licitação e as reservas de cargos legalmente previstas (Lei nº 14.133/2021, art. 116);

**9.1.11.** Não contratar cônjuge, companheiro ou parente, até o 3º grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público responsável pela fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021;

**9.1.12.** Comunicar ao fiscal do contrato, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal, acidente ou motivo impeditivo para o cumprimento de suas obrigações;

**9.1.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA**

os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**10.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**10.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**10.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**PROCURADORIA JURÍDICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

---

**10.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do **CONTRATADO** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**10.6.** É dever do **CONTRATADO** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**10.7.** O **CONTRATADO** deverá exigir de sub-operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**10.8.** O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**10.9.** O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**10.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**10.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**10.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**10.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

---

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES**

**11.1.** O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da reparação integral de eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

**11.2.** As penalidades aplicáveis incluem, entre outras:

- a) advertência;
- b) multa, na forma definida neste contrato;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade;
- e) rescisão contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

Não haverá exigência de garantia de execução da contratação, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão da baixa complexidade do objeto, conforme fundamentado no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e na Matriz de Gerenciamento de Riscos.

**12.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, nos termos do art. 92, XII, da Lei nº 14.133/2021.

**12.2.** Em caso de antecipação de pagamento, poderá ser exigida a prestação de garantia adicional, limitada às hipóteses previstas no art. 96, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**13.1.** Constituem infrações administrativas as condutas descritas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando praticadas pelo FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO, dentre as quais:

**13.1.1.** Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato, inclusive quando ocasionar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**13.1.2.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou solicitada pelo pregoeiro durante a fase de julgamento;

**13.1.3.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado,





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

---

recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, solicitar desclassificação ou deixar de apresentar amostra;

**13.1.4.** Apresentar proposta, documentação ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**13.1.5.** Não celebrar o contrato, recusar-se a assinar ou aceitar a nota de empenho/ata de registro de preços no prazo estabelecido pela Administração;

**13.1.6.** Retardar a execução ou entrega do objeto sem justificativa;

**13.1.7.** Apresentar declaração ou documentação falsa, fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**13.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo, praticar fraude de qualquer natureza, agir em conluio, apresentar amostra falsificada ou declaração falsa quanto às condições de participação;

**13.1.9.** Praticar ato ilícito com vistas a frustrar os objetivos do certame;

**13.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

**13.2.** O FORNECEDOR, LICITANTE ou CONTRATADO que cometer qualquer das infrações acima ficará sujeito, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes sanções, observados os critérios do art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:

a) **Advertência** (art. 156, I), aplicável em infrações de menor potencial ofensivo, quando não se justificar penalidade mais grave;

b) **Multa administrativa** (art. 156, II), fixada entre 0,5% (meio por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato, observados os seguintes parâmetros:

- de 0,5% a 1,5% para a infração do item 13.1.1;
- de 0,5% a 15% para as infrações dos itens 13.1.2 a 13.1.6;
- de 5% a 30% para as infrações dos itens 13.1.7 a 13.1.10.

b.1) Na hipótese de infração cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo será o valor anual estimado da contratação.

b.2) Em caso de reincidência, o somatório das multas não poderá exceder 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

b.3) As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com outras sanções, sem prejuízo da cobrança judicial do saldo devido (art. 156, § 7º e § 8º).





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

---

c) **Impedimento de licitar e contratar** (art. 156, III), aplicável às infrações dos itens 13.1.2 a 13.1.6, pelo prazo de até 3 (três) anos, restrito ao âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município;

d) **Declaração de inidoneidade** (art. 156, IV), aplicável às infrações dos itens 13.1.7 a 13.1.10 ou em casos de maior gravidade, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, com efeitos em todos os entes federativos.

**13.3.** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa moratória de **1% (um por cento) por dia útil de atraso**, limitada a 30% do valor do contrato, nos termos do art. 408 do Código Civil.

**13.3.1.** Em caso de atraso para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa será de 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia, até o limite de 2%.

**13.3.2.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão contratual.

**13.4.** Em caso de inexecução total ou parcial que resulte em rescisão, será devida multa compensatória de até **10% (dez por cento)** do valor do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil.

**13.5.** A aplicação das sanções é de competência da Administração, sendo:

- a) as penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar aplicadas pelo Ordenador de Despesas;
- b) a declaração de inidoneidade aplicada pelo Secretário Municipal (Administração Direta) ou pela autoridade máxima da entidade (Administração Indireta).

**13.6.** A aplicação de penalidades observará o devido processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa (art. 158 da Lei nº 14.133/2021), com prazo de defesa de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

**13.7.** As sanções aplicadas não afastam:

- a) a obrigação de reparação integral de danos;
- b) a possibilidade de rescisão contratual;
- c) a inscrição do débito em Dívida Ativa e execução fiscal, nos termos do art. 39 da Lei nº 4.320/1964.

**13.8.** As penalidades de impedimento de licitar e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, conforme art. 163 da Lei nº 14.133/2021.







**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

---

**13.9.** A aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade será comunicada à Controladoria Geral do Município, para registro no CEIS e no CNEP, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**14.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

**14.2.** Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO:

- a) ficará este constituído em mora, sujeitando-se às sanções administrativas cabíveis; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas legais necessárias à continuidade da execução contratual.

**14.3.** O presente Contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral das obrigações ou do prazo fixado, nas seguintes hipóteses:

- a) por ato unilateral do CONTRATANTE, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, ou ainda por quaisquer dos motivos constantes do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observando-se os arts. 138 e 139 da referida Lei;
- b) consensualmente, conforme o art. 138, II, da Lei nº 14.133/2021;
- c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo e sem direito a indenização, tão logo esteja concluído o procedimento licitatório destinado à contratação do objeto em questão.

**14.3.1.** A alteração societária ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão, desde que não restrinja sua capacidade de executar o contrato.

**14.3.2.** Havendo mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.4.** A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e registrada nos autos do processo.

**14.4.1.** A justificativa da rescisão por ato unilateral do CONTRATANTE deverá, sempre que possível, contemplar:

- a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;
- b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) as indenizações e multas aplicáveis.

**14.5.** A extinção do Contrato não impede o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE**  
**PROCURADORIA JURÍDICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

---

indenizatório, desde que o pedido seja formulado durante a vigência contratual e antes de eventual prorrogação, conforme art. 131, caput e parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

**14.6.** Extinto o Contrato, poderá o CONTRATANTE:

**14.6.1.** reter e executar a garantia prestada, nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO;

**14.6.2.** reter eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO, para ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do art. 139, IV, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**15.1.** As alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**15.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

**15.3.** As alterações deverão ser formalizadas por termo aditivo, previamente aprovado pelos órgãos jurídicos e de controle do CONTRATANTE.

**15.4.** Ajustes que não caracterizem alteração contratual poderão ser formalizados por apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**16.1.** As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o exercício de 2025, assim classificadas:

| Unidade Orçamentária | Programação | Elem. de Despesa | Fonte de Recurso | Ficha |
|----------------------|-------------|------------------|------------------|-------|
|                      |             |                  |                  |       |

**16.2.** As despesas relativas a exercícios subsequentes correrão por conta das respectivas dotações orçamentárias, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

**16.3.** No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, nos termos do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**





**ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE  
PROCURADORIA JURÍDICA**

**MINUTA DE CONTRATO**

---

**17.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e nos princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

**18.1.** Caberá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como em seu sítio oficial na Internet, em atendimento ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527/2011, e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do Município, nos termos da Lei Municipal nº 3.133/2022.

**18.1.1.** A divulgação do contrato e de seus aditamentos no PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos previstos no art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

**18.2.** O CONTRATANTE adotará as providências necessárias para dar ciência da contratação ao Tribunal de Contas do Estado.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

**19.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Contrato que não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**ENCERRAMENTO**

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam as partes o presente Contrato, em [...] vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

*Ouro Preto do Oeste, [dia] de [mês] de [ano].*

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-





# Município de Ouro Preto do Oeste

04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodoeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

| Tipo do Documento  | Identificação/Número | Data       |
|--------------------|----------------------|------------|
| Minuta de Contrato | retificação - 1030   | 11/05/2026 |

|                                       |                                  |           |
|---------------------------------------|----------------------------------|-----------|
| ID: 1590025                           | Processo                         | Documento |
| CRC: A274BF85                         |                                  |           |
| Processo: 1-1030/2026                 |                                  |           |
| Usuário: Hanny Carollyne Souza Soares |                                  |           |
| Criação: 11/05/2026 12:36:49          | Finalização: 11/05/2026 13:04:52 |           |

|  |
|--|
| MD5: 3B4C90CEB69D52E9B1541687E6F55029                                    |
| SHA256: 152A2CDEB09C1144D35FCA70BE2B84F759B419418F8DF38D36D4FAAF9AB1FB71 |

Súmula/Objeto:

Minuta de Contrato

## INTERESSADOS

|          |                     |    |                     |
|----------|---------------------|----|---------------------|
| SEMINFRA | OURO PRETO DO OESTE | RO | 11/05/2026 12:36:49 |
|----------|---------------------|----|---------------------|

## ASSUNTOS

|  |                     |
|--|---------------------|
| MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA RURAL - CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 978747/2025 - TRANSFEREGOV.BR Nº | 11/05/2026 12:36:49 |
|--|---------------------|

## ASSINATURAS ELETRÔNICAS

|  |                              |  |                     |
|--|------------------------------|--|---------------------|
|  | Hanny Carollyne Souza Soares | Agente de Apoio Administrativo - SEMAD | 11/05/2026 13:23:46 |
|--|------------------------------|--|---------------------|

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

|  |                                   |                               |                     |
|--|-----------------------------------|-------------------------------|---------------------|
|  | Fabio Aparecido Ferreira da Silva | Assessor Especial da SEMINFRA | 11/05/2026 14:50:09 |
|--|-----------------------------------|-------------------------------|---------------------|

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodoeste.ro.gov.br) informando o ID 1590025 e o CRC A274BF85.





# Município de Ouro Preto do Oeste



04.380.507/0001-79

Praça da Liberdade

www.ouropretodooeste.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

|  |  |                   |
|--|--|-------------------|
| Tipo do Documento                              | Identificação/Número                       | Data              |
| <b>ANEXO IV DO EDITAL - MINUTA DE CONTRATO</b> | <b>Minuta_de_Contrato-retificacao_1030</b> | <b>09/06/2026</b> |

|   |   |   |
|---|---|---|
| ID: <b>1619670</b>                              | Processo  | Documento   |
| CRC: <b>E8B3992D</b>                            |  |  |
| Processo: <b>1-1030/2026</b>                    |   |   |
| Usuário: <b>Edvaldo Carlos Alves Bedelegate</b> |   |   |
| Criação: <b>09/06/2026 11:35:46</b>             | Finalização: <b>09/06/2026 11:35:46</b>   |   |

|   |
|---|
| MD5: <b>E80183E2109F050D9FDC24AADEC53AEB</b>                                    |
| SHA256: <b>95071BDA622612C6E0F0690372F03A87BE707858328CE1DD68ED0BC119255AB5</b> |

Súmula/Objeto:

**Proc. 1030/2026 - SEMINFRA**

### INTERESSADOS

|          |                     |    |                     |
|----------|---------------------|----|---------------------|
| SEMINFRA | OURO PRETO DO OESTE | RO | 09/06/2026 11:35:46 |
|----------|---------------------|----|---------------------|


### ASSUNTOS

|  |                     |
|--|---------------------|
| MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA RURAL - CONVÊNIO SPOA/SE/MAPA Nº 978747/2025 - TRANSFEREGOV.BR Nº | 09/06/2026 11:35:46 |
|--|---------------------|

### DOCUMENTOS RELACIONADOS

|                                |            |         |
|--------------------------------|------------|---------|
| Edital de Pregão Eletrônico 41 | 11/06/2026 | 1621994 |
|--------------------------------|------------|---------|

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

|  |                                 |                               |                     |
|--|---------------------------------|-------------------------------|---------------------|
|  | Manoel Henrique Santos de Souza | Assessor Especial da Seminfra | 09/06/2026 14:55:36 |
|--|---------------------------------|-------------------------------|---------------------|

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 13.714/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br](http://transparencia.ouropretodooeste.ro.gov.br) informando o ID 1619670 e o CRC E8B3992D.